

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
CURSO DE FILOSOFIA

SOBRE AS ORIGENS DA PSICOLOGIA EXPERIMENTAL
NO SÉCULO XIX: UMA INTRODUÇÃO AOS PRINCIPAIS
AUTORES E PROBLEMAS DO PONTO DE VISTA DA
HISTÓRIA DA FILOSOFIA

MARCO ANTÔNIO CLARO SANTOS

Orientador: Prof. Dr. Mario Ariel González Porta

SÃO PAULO

Sumário

Introdução.....	3
Primeira Parte: Dos Pressupostos Kantianos à Compreensão das Controvérsias do Século XIX.....	4
a) Revolução Copernicana e Problema do Método.....	4
b) A Dedução Transcendental.....	9
Segunda Parte: Da Recepção da Filosofia Kantiana no Século XIX.....	14
a) O Idealismo Alemão.....	14
b) Os Primeiros Neo-Kantianos.....	20
c) Crise de Identidade da Filosofia.....	24
d) O Novo Paradigma das Ciências.....	26
Terceira Parte: As Origens da Psicologia Experimental.....	31
a) Das Restrições Kantianas à Psicologia como Ciência.....	31
b) Theodore Gustav Fechner.....	35
c) Franz Brentano.....	38
Conclusão.....	43
Referências Bibliográficas.....	47

Introdução

A presente monografia tem como objetivo uma exposição geral e esquemática de alguns dos problemas e movimentos filosóficos que deram origem à grande diversidade de abordagens metodológicas e temáticas entorno à Psicologia no século XIX e, para tanto, esta será subdividida em três momentos.

Em primeiro lugar, tendo em vista o fato de que discussões entorno à psicologia possuem sua gênese em questões de caráter primariamente epistemológico, começaremos com a enunciação da filosofia de um dos maiores divisores-de-águas em termos de epistemologia, a saber: Immanuel Kant. Assim, o primeiro momento deste texto consistirá em uma introdução à alguns dos temas e conceitos mais cruciais à compreensão desse importante filósofo, em especial a partir de seu *Ensaio para Introduzir a Noção de Grandezas Negativas em Filosofia* (1763) e de sua principal e mais conhecida obra: a *Crítica da Razão Pura* (1781-1787).

Posteriormente, averiguaremos algumas das diferentes formas pelas quais as premissas da filosofia kantiana foram recepcionadas e tematizadas no final do século XVIII e no século XIX. Percorreremos, desse modo, três processos subsequentes: (i) **primeiramente**, pontuaremos algumas das modificações efetuadas pelos Idealistas Alemães ao modelo filosófico kantiano; (ii) **em segundo lugar**, enunciaremos as primeiras críticas que os sistemas idealistas sofreram e que, embora de pouca relevância no abalo efetivo de tais sistemas no período, são de extrema importância para o entendimento adequado de questões relativas à Psicologia Experimental, uma vez que em tais críticas, efetuadas pelos primeiros neo-kantianos – J. Fries, F. Herbart e F. Beneke - problemas de caráter puramente epistemológico passaram a ser, pela primeira vez, tematizados em termos estritamente psicológicos; e, (iii) **por fim**, analisaremos a ampla gama de reações aos sistemas filosóficos dos Idealistas Germânicos, as quais, por sua vez, culminaram não apenas em uma busca constante por modelos teóricos e

científicos diversos àqueles propostos por tais idealistas, mas também em um abandono do ideal de Filosofia subjacente a eles e na procura de outros modelos filosóficos mais apropriados ao horizonte intelectual e científico da segunda metade do século XIX.

E, em um terceiro momento, passaremos à exposição dos entraves que entornavam o desenvolvimento da psicologia, bem como das diferentes alternativas à fundação efetiva de tal disciplina, de seus respectivos métodos e objetos. Em vista disso, levaremos em consideração os seguintes temas: (a) as restrições colocadas por Kant à possibilidade da psicologia enquanto uma ciência - seja *racional* ou *empírica*; (b) o cientista Theodor Gustav Fechner, autor responsável por uma das mais bem-sucedidas alternativas às restrições kantianas e grande influenciador teórico e metodológico de outros autores preocupados com o estatuto da ciência no final do século XIX e primeira metade do século XX, tais como Ernst Mach, Willian James e Bertrand Russell; e, finalmente (c), a enunciação das usuais aproximações e interpretações contemporâneas ao filósofo e psicólogo Franz Brentano, o qual foi responsável por dar origem a outros tipos de abordagens - não fundadas em uma hibridização entre fisiologia e psicologia - à questões psicológicas.

Por fim, concluiremos o presente texto com uma nova sugestão de aproximação à tal autor, o qual, a despeito de suas influências à Filosofia Contemporânea, pretendeu também, para além disso, o estabelecimento da Psicologia enquanto um ramo epistemologicamente privilegiado e metodologicamente autônomo.

I. Dos Pressupostos Kantianos à Compreensão das Controvérsias do Século XIX

a) Revolução Copernicana e Problema do Método

Na Introdução à *Edição A* da *Crítica da Razão Pura*, Kant inicia seu texto de maneira bastante paradigmática e, em uma leitura inadvertida, até paradoxal. Escreve:

“A **experiência** é, sem duvida, o primeiro produto que nosso **entendimento** fornece **ao trabalhar a matéria bruta das percepções sensíveis**. Ela é, por isso mesmo o **primeiro ensinamento**, e em seu progresso é tão **inesgotável**, em termos de novas

instruções, que a vida encadeada de todas as gerações futuras nunca sofrerá com a falta de **novos conhecimentos** que possam ser acumulados nesse terreno. Ao mesmo tempo, ela está longe de ser o único campo a que nosso **entendimento** se limita. Ela [a experiência] realmente nos diz que algo é, mas não que teria de ser assim, e não de outro modo, de maneira **necessária**. Por isso mesmo, ela não nos dá também nenhuma **Universalidade** verdadeira, e a **razão**, que é tão ávida por esse tipo de conhecimentos [Universais], é por ela [experiência] mais incitada do que satisfeita. Tais conhecimentos universais, que são também caracterizados por sua **necessidade interna**, têm de ser, portanto, independentes da experiência [lógica pura] e **claros e seguros** por si mesmos; por isso, são denominados conhecimentos *a priori* [prescindem da experiência]. Aquilo, pelo contrário, que só se toma emprestado da experiência, como se costuma dizer, é conhecido apenas *a posteriori* ou **empiricamente**.”¹

Nessa tão singela passagem, encontram-se subjacentes algumas das principais teses da *Crítica da Razão Pura*. Kant nos diz logo de início que a *experiência* é o nosso primeiro ensinamento; que o *entendimento* nos fornece os dados da experiência de maneira mediata “trabalhando em sua matéria bruta”, e que *não se limita* somente a ela; Kant diz também que, por ser tão inesgotável, a experiência sozinha é incapaz de nos prover *universalidade* e a *necessidade* pelas quais a *Razão* é tão ávida. Assim, em um único parágrafo, já é possível à nós vislumbrarmos o projeto que ficará conhecido como *idealismo crítico*, e que intenta responder como é possível falarmos de um *conhecimento universal, informativo e necessário* acerca do mundo que *aparece* para nós, se tal mundo é *inesgotável* em termos de complexidade e se a *Lógica Pura*, segundo a qual raciocinamos e *ordenamos* o nosso puro *pensar*, nunca diria respeito ao mundo que *experienciamos*. Em outros termos, o que Kant quer saber é: como é possível fazer afirmações *necessárias* e, ainda assim, *não redundantes* acerca da *multiplicidade inesgotável* da experiência?

A resposta à tal questão é extremamente controversa e, precisamente por sua grande ambiguidade, é também o que faz com que a recepção de tal filósofo, no final do século XVIII e no século XIX como um todo, seja tão diversificada. Falaremos disso mais para frente, mesmo sem o apelo exegético que tal questão exigiria. Por agora, basta para nós termos em mente que, conforme mostrado na citação acima, Kant pressupõe

¹ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*, trad. by MATTOS, F. C. 4 ed. Editora Vozes, 2016, p. 65 (A 1).

uma série de dualidades em sua filosofia crítica: entre *Sensibilidade* e *Entendimento*; entre *a priori* e *a posteriori*; entre *Conhecimento Novo* (sintético) e *Conhecimento Redundante* (analítico) e, embora não mencionada explicitamente nesse excerto, entre *Fenômeno* e *Coisa-em-si*.

Além disso, também é recomendável precisarmos conceitualmente que o termo *Crítica*, presente no título da obra, é contraposto a outro, nomeadamente, *Dogmática*. Uma filosofia *Crítica*, para Kant, é uma filosofia que não asseve sobre o mundo tomado em si mesmo, enquanto coisa-em-si ou *númeno* – seja para afirmá-lo, seja para negá-lo – e nem sobre qualquer outro *objeto transcendente* - como Deus ou a Alma Imortal -, mas uma filosofia que meramente *reflete sobre as condições de possibilidade* do conhecimento possível, ou seja, acerca dos *elementos* imprescindíveis para a compreensão e *explicação teórica* da *totalidade* do mundo que aparece para nós por meio de *nossos sentidos*, sem os quais não poderíamos *perceber* ou *conhecer* nada; ou, em outros termos: do mundo *fenomênico*.

E por quê Kant estava preocupado com tais questões? No período em que o autor se encontrava, muitas conquistas em termos de instrumentalização, métodos e descobertas científicas foram estabelecidas por autores como Kepler, Descartes, Huygens, Leibniz, Torricelli, Bacon, Copérnico, Galileu e Newton e, em decorrência, também muitos debates relativos à metodologia, ao grau de legitimidade e à objetividade dos conhecimentos que essas ciências e autores puderam alcançar passaram a ocorrer. Tendo isso em mente, surgiram também diversas questões relativas à possibilidade do estabelecimento de um *critério de demarcação* adequado entre *ciências* e *não-ciências* e, portanto, sobre se os objetos de estudo da Metafísica - como a *Imortalidade da Alma*, a *Liberdade*, *Deus* e a *Ordem Cosmológica* – poderiam, assim como os objetos da matemática e da física, ser *passíveis de conhecimento verdadeiro* ou se seriam resultado de uma *pura e infundada especulação*.

Nesse sentido, o século XVIII era permeado pelas mais heterogêneas escolas e provia uma imensa diversidade de opiniões. Os racionalistas, os empiristas e os céticos digladiavam entre si continuamente sobre tais problemas, com os quais, também Kant, desde seus primeiros escritos, colocou muito de seu tempo, esmero e preocupação, conforme averiguaremos a seguir.

Em 1763, Kant participou de um concurso textual na Academia Real de Ciências de Berlin, no qual os participantes eram convidados a escrever uma dissertação sobre o seguinte tema:

“Se as verdades metafísicas em geral, e os primeiros princípios da *Teologia Natural* e moralidade em particular, admitem provas distintas no mesmo grau das provas geométricas; e se eles não são capazes de prover tais provas, deseja-se saber qual é a genuína natureza de suas certezas, à que grau as ditas certezas podem ser trazidas, e se esse grau é suficiente para uma convicção completa em tais verdades.”² (tradução nossa)

Ou seja, o concurso desejava saber se e por quais meios os objetos de estudo da Moralidade, da Metafísica e da Teologia seriam capazes de atingir o mesmo grau de verdade das certezas obtidas pelo método das disciplinas matemáticas, cuja validade científica no período era inegável e na qual uma confiança irrestrita já havia sido, há muito, estabelecida.

Kant, mesmo não tendo vencido o concurso, ainda assim expôs uma belíssima tese, denominada *Ensaio para Introduzir a Noção de Grandezas Negativas em Filosofia*, acerca do que ele considerava como o método próprio da *metafísica* (analítico) em contraposição ao método costumeiramente associado à *geometria* (sintético). No ensaio, Kant escreve que:

“O verdadeiro método da metafísica é basicamente o mesmo que aquele introduzido por Newton na ciência natural (...) O método de Newton mantém que se deve, **sob a base de certas experiências** e, se necessário, **com a ajuda da geometria**, procurar as **regras de acordo com as quais certos fenômenos da natureza ocorrem. Mesmo que não se descubra o princípio fundamental de tais ocorrências nos corpos físicos eles mesmos**, é, ainda assim, certo que eles operam de acordo com tal princípio ou lei. Eventos naturais complexos são explicados **uma vez que se tenha mostrado claramente como eles são governados por essas regras bem estabelecidas**. Do mesmo modo com a Metafísica: por meio de uma certa **experiência interna**, isto é, por meio de uma consciência imediata e auto-evidente, procuram-se essas marcas-características as quais **devem ser encontradas com certeza no conceito** de

² ALLISON, Henry E.. *Kant's Transcendental Deduction: An Analytical-Historical Commentary*. Oxford University Press: Oxford, 2015, p. 11.

qualquer propriedade geral. E mesmo no caso de você não estar familiarizado com a completa essência da coisa, você pode, ainda assim, **aplicar seguramente essas marcas características para inferir muitas informações a partir delas acerca da coisa em questão.**” (Tradução e grifos nossos)³

Reparem que Kant, na passagem acima, compara o método da metafísica com o método das ciências naturais de acordo com Newton e também que o método da Mecânica Newtoniana seria fundado (a) sobre as **experiências** que o investigador natural teria com os fenômenos que observa, (b) sobre a **análise das ocorrências efetivas desses fenômenos**, (c) sobre **leis e princípios bem estabelecidos**, mas que **não seriam encontrados nos corpos físicos *por si mesmos*** e (d) sobre a premissa de que **explicações científicas de tais fenômenos** se dão através da *demonstração* de como essas leis e princípios, obtidos parcialmente através da observação e análise, permitiriam **novas inferências**, isto é: ***conhecimento novo*** sobre fenômenos ainda não observados e não analisados.

Percebemos, então, que, na visão do filósofo (nesse período), a ciência da Mecânica Newtoniana e a Metafísica seriam fundadas seguramente através *de duas etapas* mutuamente complementares, quais sejam: (1) na observação e na *análise* cuidadosa de certos fenômenos que aparecem à experiência do inquiridor (*experiência externa*, no caso da física, e *interna*, na metafísica) e, (2) no estabelecimento dos princípios e regras gerais segundo as quais tais fenômenos se ordenariam, através dos quais os investigadores da natureza ou da metafísica passariam a **explicar progressivamente** tais fenômenos. Essas duas etapas descritas constituirão precisamente aquilo que denominaremos neste texto como **método analítico** e como **método sintético**, respectivamente.

Assim, poderíamos dizer, resumidamente, que o **método analítico** consiste em uma progressiva construção de princípios ou regras gerais, a partir de uma análise (que pode continuar indeterminadamente) das propriedades particulares de determinados objetos, segundo uma observação cuidadosa de tais objetos; e que o **método sintético**, por outro lado, baseia-se em um conjunto de definições conceituais e arbitrárias a partir das quais se deduzem certas implicações já inicialmente contidas nas próprias

³ Ibidem. p. 12.

definições, e que seria aplicado quando se pretendesse realizar a *explicação* de uma determinada teoria científica.

Esse **método sintético**, tomado *isoladamente*, era compreendido costumeiramente no século XVIII como constituindo por excelência o método da ciência da geometria. Acreditava-se, portanto, que as leis regentes de tal ciência - em contraposição às leis da mecânica newtoniana - *prescindiriam completamente da experiência e observação* e procederiam através da mera **definição conceitual** de seus *primitivos e axiomas* (a definição de ponto, de linha reta e de plano) e que, por meio da **pura síntese ou combinação de tais definições**, seria possível realizar a *demonstração* de seus teoremas e postulados (por exemplo, de que entre dois pontos distintos há apenas um único segmento de reta).

Dessa forma, a pergunta sobre a possibilidade de aplicação do método da geometria à Teologia, Metafísica e Moralidade tem uma imensa significância com respeito à fundamentação científica dessas disciplinas, pois seria o mesmo que perguntar se elas também teriam a capacidade de, sem qualquer apelo à experiência e mediante a **pura definição conceitual de seus objetos**, atingir *a priori* e *sinteticamente* o conhecimento de que tais objetos existem, de que são objetivos e, acima de tudo, de que podem ser *demonstrados*.

Assim, quando Kant, nesse mesmo Ensaio, negar a possibilidade de aplicação de um método puramente *sintético* à Geometria - distinguindo entre *oposição lógica* e *oposição real* - e passar a afirmar o aspecto *analítico* implícito e necessário às *demonstrações* matemáticas; ou seja, quando for negado que o método da Geometria proceda segundo um modo *puramente lógico, abstrato e completamente alheio* aos **elementos constitutivos de nossa sensibilidade**, e passar a asserir a necessidade de elementos *sensíveis* à construção de conceitos matemáticos, em tal consideração já estarão presentes *indícios* do caminho que Kant trilhará com respeito à questões de cunho metafísico, teológico e moral. E a conclusão final, à qual tais reflexões o levarão, culminará na grande *Revolução* do pensamento moderno e será responsável por abalar os alicerces de todos os grandes sistemas filosóficos que imperavam no século XVIII, seja o *racionalismo* de Descartes, Leibniz e Wolff; o *empirismo* de Locke e Bacon; ou o *ceticismo* de Hume.

Não, concluirá Kant, - quase vinte anos após o Ensaio de 1763 -, a Metafísica, a Teologia e a Moralidade jamais poderão alçar o mesmo grau de *certeza* das *verdades* estabelecidas pela Geometria ou pela Física, pois métodos estabelecidos a partir da *pura análise lógica de conceitos* e que não tenham em sua fundação, em alguma medida, os *elementos sensíveis* (isto é, espaço-temporais) que *nos são próprios* e que nós *colocamos* nas coisas a fim de conhecê-las e fazer inferências para além delas, é incapaz de nos prover qualquer *conhecimento universal, necessário e verdadeiro sobre o mundo real*. Nunca poderemos, dirá Kant, **conhecer** a *Deus*, a *Alma Imortal* ou o *Cosmos* em si mesmos, pois tais conceitos transcendem absolutamente o *Espaço* e o *Tempo*, os quais, por sua vez, são imprescindíveis à *fundamentação teórica* das leis e princípios regentes de todas as disciplinas que se pretendam ciências.

É nessa tão frustrante afirmação, de que nosso conhecimento se *restringe* àquilo que nós mesmos fornecemos às coisas, o que consistirá *A Revolução Copernicana* do pensamento filosófico moderno.

b) A Dedução Transcendental

Conforme vimos anteriormente, a filosofia kantiana é pautada sobre três premissas fundamentais:

I. **em primeiro lugar**, sobre uma série de dualidades dentre as quais se encontram a Razão e a Experiência, o Entendimento e a Sensibilidade e os Fenômenos e Coisas-em-si;

II. **em segundo lugar**, sobre o ideal de que a filosofia deve ser filosofia *crítica* ou, nos termos de Kant, *transcendental*, isto é, de que deve refletir sobre as *condições de possibilidade* de todo *conhecimento* acerca da nossa *experiência possível* e não afirmar *dogmaticamente* nada acerca das coisas tomadas em si mesmas (isto é, para além do tempo e do espaço, onde *todos os fenômenos invariavelmente têm de ser dados* ou *construídos por nós*, para que possamos fundamentar suas *explicações*);

III. E, **em terceiro lugar**, sobre a ideia de que o *método próprio das ciências* deve ser, ao menos parcialmente, *analítico*, isto é, deve referir-se em alguma medida aos elementos espaço-temporais constitutivos de nossos *sentidos*, segundo os quais receberíamos *passivamente* certos dados e faríamos inferências universais sobre

fenômenos que ainda não ocorreram (como: “Todos os corpos *cairão* com uma velocidade igual ao inverso do quadrado de suas distancias”).

Entretanto, não basta para Kant que os princípios e leis, segundo os quais se ordenam as ciências, advenham *meramente* da experiência sensível, como se fossemos *absolutamente passivos* na observação das coisas, pois, como já descrito na Introdução, apenas a experiência não garante o *status* de **universalidade** e de **necessidade** que também devem estar presentes quando iniciamos uma investigação científica. A ciência não pode ser uma mera *descrição* indeterminada dos fenômenos que aparecem para nós em nossa percepção, e nem obter suas leis e princípios de maneira puramente *indutiva*.

Se fosse assim, nunca poderíamos *inferir* ou *predizer de maneira não-contingente* os acontecimentos da natureza e, portanto, nunca poderíamos estabelecer as *leis necessárias* segundo as quais esta se ordenaria e fazer *ciência* no sentido clássico. E, entretanto, como garantir que tais princípios e leis que regem os fenômenos possam *prescindir* da *nossa experiência efetiva dos mesmos* e se aplicarem *necessariamente* à sua *totalidade, inclusive àqueles ainda não observados* por nós? Como garantir que tais leis digam algo de *a priori* (isto é, não sejam meras *descrições do mundo* e nem *obtidas por meios da observação do mundo*, mas anteriores à *experiência efetiva* que temos dele), algo de *novo* (isto é, forneçam um *conhecimento não-redundante e informativo*) e, ao mesmo tempo, algo de *verdadeiro* (ou seja, que correspondam a algo *real*, para além de sua mera *estrutura formal*) sobre a Natureza? Em outros termos: Como aplicar a *Lógica Pura* (que trata meramente das relações *atemporais* e *formais* entre conceitos) aos *dados espaço-temporalmente obtidos por meio da nossa sensibilidade* (que são sempre infindavelmente descritíveis) a fim de obtermos, desse modo, um *conhecimento universal, necessário e informativo* sobre a natureza? Ou, para colocar nas palavras de Kant: *Como são possíveis juízos sintéticos a priori?* (B 19).

Para solucionar esse tão complexo problema, Kant precisou realizar três coisas: (1) Em primeiro lugar, foi necessário postular uma *separação de princípio* entre a nossa faculdade *ativa* de julgar, que ficará conhecida como *Entendimento* e a faculdade responsável por nossa *passiva* percepção sensível, que ficará conhecida como *Sensibilidade*;

(2) posteriormente, fez-se necessária a reformulação da clássica ideia aristotélica de *verdade* enquanto uma *correspondência* entre uma *sentença declarativa* (Juízo) e as *coisas mesmas* e passar a aplicá-la, em vez disso, à esfera na qual nos são dados os *fenômenos*⁴, isto é, foi necessário *restringir* o uso de nosso *Entendimento* e passar a aplica-lo, não às coisas que estão além do Espaço e do Tempo, mas às coisas que *aparecem* para nós na esfera de nossa *experiência sensível* (sendo esta, para Kant, a única forma de *experiência* possível);

(3) e, em terceiro lugar, foi preciso também propor algo que possibilite a *síntese*, isto é, a unificação entre os *conceitos* ou *regras puras*, segundo as quais *opera* o nosso *Entendimento* (Formas do Juízo), e o amalgama indeterminadamente infinito dos objetos que são *passivamente* intuídos (ou *construídos*, no caso das demonstrações de conceitos matemáticos) por nós nesse espaço e nesse tempo. À este algo, Kant nomeou *Imaginação* e fez dela a responsável por *possibilitar* a ordenação lógica da “multiplicidade desgovernada dos dados sensíveis”⁵, passando tal multiplicidade através sentido interno do tempo (ou *esquematizando-a*, para utilizar uma terminologia mais técnica), e permitindo, portanto, a aplicação das regras da *Lógica Pura* à todos os fenômenos que *aparecem* ou que são *construídos* por nós no *Espaço* e no *Tempo*.

Nisso consiste o procedimento que ficará conhecido na História da Filosofia como *Dedução Transcendental das Categorias do Entendimento* e o conjunto de regras resultante de tal *Dedução* ficará consagrado como *Lógica Transcendental*.

Vejamos a seguir um detalhamento de tal procedimento, que será dividido aqui em três partes e consistirá na exposição dos conceitos de **imaginação transcendental**, **imaginação produtiva** e **apercepção transcendental**:

- I. Kant fornece à chamada **imaginação transcendental** duas tarefas: *Primeiro*, a função de *reter na memória* uma impressão sensorial de um determinado fenômeno, mesmo quando este já não mais está afetando os nossos órgãos sensoriais (Síntese Figurativa; B 151) e, *segundo*, a tarefa de *abstrair* aquilo que individua materialmente tal fenômeno (qualidades secundárias: cor, cheiro, peso, etc) de suas *marcas-características* comuns (qualidades primárias: as características se aplicam a todas as instâncias de um conceito, i.

⁴ KANT, Immanuel. *Op. cit.* 2016, p. 168 e pp. 290-291. (A 126 e B 378, B 379).

⁵ *Ibidem.* p. 169. (A 127, A 128).

e. “todo corpo é extenso”; “todos os cavalos são mamíferos”; “todas as bolas são redondas”, etc.), que permaneceriam *formalmente* em nossa memória na *experiência regular* de fenômenos tidos como similares (Síntese Reprodutiva; B 152). E esse seria o processo através do qual a poderíamos subsumir a *multiplicidade desgovernada* das coisas que *percebemos sensivelmente* (tais como pedras, cavalos, rosas etc.) sob os *conceitos gerais* dos quais a *lógica* trata. A **imaginação transcendental** nos possibilita determinar, desse modo, por exemplo aquilo que faz do *conceito* de ‘pedra’ o *conjunto de características gerais* que se apresenta em *todas as instâncias* de tal conceito, isto é, em cada *pedra* efetivamente existente no espaço e no tempo.

- II. A nossa **imaginação produtiva** (B 155), por outro lado, detém a função de possibilitar que *construamos livremente* os conceitos matemáticos *possíveis* no tempo e no espaço, ou seja: ela é responsável pelo *fato* de podermos, por exemplo, *construir um triângulo no espaço* segundo as *regras necessárias*. Assim, a **imaginação produtiva** *temporaliza* (esquematiza) os *modos de combinação entre conceitos* da *Lógica Pura* e permite a aplicação de tais modos às formas de nossa *Sensibilidade* (espaço e tempo). Por exemplo: uma vez que *da pura análise do conceito* de “triângulo” a única conclusão que podemos chegar é a de que este é uma “*figura geométrica com três ângulos*”, então se segue que, para a demonstração da verdade do enunciado “a soma dos ângulos internos de um triângulo é igual a 180 graus” as formas do juízo da lógica, se tomadas isoladamente, não nos bastariam; não importa o quanto tentemos analisar o mero conceito de “triângulo”, nunca chegaríamos à *demonstração* de tal verdade. Precisamos então, a fim *demonstrar* um fato tão simples como esse, *temporalizar* as regras da lógica (porque nossa subjetividade é constituída pelo tempo) e *construir temporalmente*, por meio delas, o triângulo no *espaço*, desenhando-o mentalmente segundo nossa *vontade* (imaginando produtivamente).
- III. O que ficará conhecido como **apercepção transcendental** (A 107; A 108), é a *justificação do fato* de que nossa experiência é *unívoca* e é através dela que nós saberíamos que essa aplicação de regras à aparição e construção dos fenômenos no tempo e no espaço *não é um processo meramente subjetivo e*

associativo, mas *objetivo e necessário* a todos os fenômenos. Ela garante, portanto, a *universalidade* da aplicação das *regras lógicas* à natureza, pois é responsável pela *justificação de um espaço e tempo uniformes e homogêneos* nos quais os *objetos da física* são dados e os *conceitos matemáticos* construídos por nós. Isso é dizer que, sempre que *percebemos* um determinado fenômeno no espaço (e no tempo) (i. e. um cavalo pastando ao pôr-do-sol), o fazemos *pressupondo a priori* que o ‘eu’ que *percebe* tal fenômeno é o mesmo ‘eu’ que *percebeu* ou *perceberá* outros fenômenos em outros momentos do tempo e em outros locais do espaço (i. e. uma xícara de café sobre a mesa pela manhã). E essa consciência *a priori* de um ‘eu penso’, que apreende a *sucessão* e a *co-existência* dos fenômenos, acompanha e é condição de todos os conceitos que *construímos* (como quando desenhamos um triângulo na nossa mente) e de todos os objetos que *intuímos* ou *percebemos sensivelmente* (B 132). Assim, *apercepção transcendental* é apenas um termo exageradamente rebuscado para afirmar um fato extremamente tácito, a saber: que totalidade dos fenômenos da natureza aparecem para nós na *unidade espaço-temporal* de nossa subjetividade e, portanto, que nós podemos aplicar regras lógicas a eles nesse único espaço e nesse único tempo (categorias esquematizadas). O ‘eu’ que nos constitui, portanto, não é um *complexo acidental e associativo* de ‘eus’, cuja unidade nunca é garantida. Em contraposição à Hume e aos demais céticos, que colocavam em dúvida a *objetividade e necessidade* das *leis* e dos *princípios* estabelecidos pela Geometria Euclidiana e pela Mecânica Newtoniana, Kant postula esse ‘eu penso’, presente em *toda a ordenação* que fazemos de fenômenos e em *toda a construção* que fazemos de conceitos (juízos), precisamente para garantir a *objetividade* do conhecimento que tais ciências seriam capazes de nos fornecer (A 111; A 112; B 140). Em suma: essa *unidade originariamente sintética da apercepção* é o que garante que as nossas *experiências* possam seguir *regras objetivas*, pois é ela que *justifica o fato* de que todos os fenômenos aparecem para nós em um mesmo tempo (para um mesmo ‘eu’) e em um mesmo espaço (a partir do qual esse ‘eu’ fornece determinação aos fenômenos ou constrói conceitos; B 143; B 148; B 149) segundo as regras lógicas que estruturam nosso *Entendimento* (A 113).

As *Intuições das Formas Puras da Sensibilidade* (espaço e tempo), as *Categorias do Entendimento* (formas do juízo), a *Imaginação Transcendental e Produtiva* (que fazem o link entre ambos) e a *Apercepção* (a consciência do “eu penso” que acompanha todas as nossas experiências e garante uma unidade espaço-temporal) são, dessa forma, *transcendentais*, isto é, são **condições de possibilidade** de todo conhecimento possível e estão presentes, para Kant, em todo e qualquer ser *racional*.

E foi através da *justificação da possibilidade* dessa unificação entre as regras gerais da *Lógica Pura* e as *Formas do Espaço e do Tempo*, imprescindível para qualquer possível *cognição* de *objetos particulares* ou *construção* de *conceitos matemáticos* (Lógica Transcendental) que Kant pretendeu estabelecer a *fundamentação última* da aplicação das *leis* da Mecânica Newtoniana e da Geometria Euclidiana à *toda* a nossa *experiência possível* de *fenômenos* e dar conta - em oposição aos empiristas, racionalistas e céticos que compunham seu horizonte intelectual - do *Problema do Conhecimento*.

II. Da Recepção da Filosofia Kantiana no Século XIX

a) O Idealismo Alemão

Como era de se esperar, o que tal solução teve de inovadora, também teve de controversa, e certos eventos históricos não ajudaram Kant a ter a adesão que pretendia após passar duas décadas estudando para escrever sua *Opus Magnum*.

Nos anos imediatamente seguintes à publicação da primeira edição da obra (1781), mais precisamente em 1782, a *Crítica da Razão Pura* recebeu sua primeira crítica e, para encurtar a história, ela não foi nem de longe o que Kant esperava e foi também o primeiro veículo através do qual ele foi lido.⁶

Em tal crítica, que ficaria conhecida como *The Göttingen Review*⁷, Kant foi acusado de defender uma forma re-elaborada do *idealismo dogmático* de Berkeley.

⁶ Sobre o tema, ver: BEISER, Frederick, *German Idealism: The Struggle Against Subjectivism (1781-1801)*, Harvard University Press, 2008, pp. 88-147.

⁷ *Ibidem*. pp. 88-92.

Resumidamente, em vez de resolver o problema sobre como estabelecer o nexo entre as regras de combinação da lógica com o mundo que percebemos por meio de nossos *sentidos*, como pretendia, Kant foi lido e criticado como se estivesse propondo uma nova versão do *princípio de imanência*. A crítica foi, em termos gerais, a seguinte: se só o que nós podemos conhecer *a priori* são os fenômenos constituídos por nós mesmos mediante as nossas faculdades cognitivas e nunca as coisas em si mesmas, ou seja, se só que nós podemos conhecer universalmente são as nossas *ideias* ou *representações*⁸ (*Vorstellungen*) das coisas e nunca as coisas em sentido próprio, então Kant não teria resolvido o problema do conhecimento, mas, ao contrário, meramente excluído qualquer possibilidade de conhecimento *objetivo* e *verdadeiro*, do mundo.

Se tal interpretação subjetivista de Kant é procedente ou não, será algo que deixaremos de lado neste texto⁹, mas o fato é que o **idealismo alemão** surge precisamente contra esse possível subjetivismo subjacente à filosofia crítica. Ele surge para afirmar o *conhecimento do real* em todas as suas manifestações e não somente um conhecimento das *aparências*; e o faz desatrelando a fundação das ditas *condições de possibilidade do conhecimento* de um sujeito – seja ele *empírico* ou *transcendental* – e as tornando cada vez mais *arquetípicas* e *objetivas*. E, se existem diferenças (e certamente existem) entre os idealismos de Reinhold, Herder, Fichte, Hölderlin, Schlegel, Novalis, Schelling e Hegel, tais diferenças surgem, parafraseando Beiser, apenas na medida em que “um [idealismo] não foi consequente o bastante para garantir uma fundamentação sólida para um realismo em relação ao outro”¹⁰.

Ora, e se é o caso que os idealistas alemães buscavam um realismo e que o faziam por meio da hipostasiação (ou, talvez seja melhor dizer, *imantização*) das *Ideias* de nossa Razão (*regulativas* ou *constitutivas*), claramente isso também teve grande efeito por sobre o sistema kantiano como um todo.

E, embora obviamente todos os autores que compunham o movimento idealista germânico possuíssem discrepâncias teóricas e ideológicas entre si, podemos enunciar ao menos quatro modificações realizadas por eles ao modelo filosófico kantiano:

⁸ *Representações*, para Kant, são tanto as *categorias* de nosso *entendimento* como as *aparências intuídas* por meio de nossa *sensibilidade*.

⁹ *Ibidem*. 2008. pp. 163-169.

¹⁰ *Ibidem*. p. 3.

1. **primeira mudança** que salta aos olhos na a busca por uma realidade última, é que ela implica no abandono das dualidades kantianas que mencionamos anteriormente. A separação entre *Forma Lógica* e *Conteúdo*, *Entendimento* e *Sensibilidade*, *Fenômeno* e *Coisa-em-si*, bem como entre *Filosofia Teórica* e *Filosofia Prática* foi, desse modo, gradativamente perdendo sua força. E, não obstante o fato de que alguns dos idealistas principais, como Fichte, ainda fossem fortes defensores do caráter puramente *regulativo* e essencialmente *prático* da unificação de algumas dessas dualidades, no fim, elas acabaram por ser completamente suprimidas por meio da unificação da *Mente* com a *Matéria*, do *subjetivo* com o *objetivo*, sem que nenhuma das esferas possuísse - epistêmica ou ontologicamente - primazia em relação a outra. Assim, tanto o *Sujeito* como *Objeto* do conhecimento, passaram a ser, igualmente, manifestações de *momentos* do *Espírito*, ou seja, meras *partes* da *Realidade* ela mesma.

2. Como vimos, *Sujeito* e *Objeto* são *momentos* de uma única e mesma Realidade. Portanto, em **segundo lugar**, para efetuar a ligação entre o ‘eu’ que *conhece* e o ‘mundo’ que é *conhecido*, os idealistas demandavam uma reformulação do próprio conceito de *Natureza* conforme este era compreendido por Kant¹¹. Ou seja, o mundo físico não poderia ser mais descrito ou explicado *completamente* nos termos da

¹¹ Devemos salientar que essa modificação do conceito mecânico de Natureza efetuada pelos idealistas foi, em certa medida, devido à própria elaboração do conceito kantiano de *organismo* e de *Juízo Teleológico*, presente na obra a *Crítica do Juízo* (1790). Kant, ao afirmar a impossibilidade de explicarmos eventos naturais aparentemente dotados de organização e propósitos internos (isto é: de *vida*) em termos completamente mecânicos (supondo até mesmo uma outra forma de causalidade não-mecânica) e ao afirmar o caráter puramente *regulativo* de juízos que dissessem respeito à tais organismos, abriu o caminho para a formulação do conceito de Natureza dos *Naturphilosophers* idealistas. Escreve Kant: “Não apenas é **impossível decidir** se objetos naturais, tomados como propósitos da natureza, tem a sua produção de maneira dependente ou não de um tipo específico de causalidade, nomeadamente, uma **causalidade que age de acordo com designs** (*Absichten*). Não é nem mesmo possível fazermos tal questão, pois o conceito de um *propósito natural* não pode, com respeito à sua realidade objetiva, ser provado pela Razão; isto é, pois [o conceito de *propósito natural*] não é *constitutivo* para o **juízo determinante** [mecânico], mas meramente *regulativo* para o **juízo reflexivo**. (*C. of J.*, 396)” (Tradução e grifos nossos). Excerto extraído de: CASSIRER, H. W. *A Commentary on Kant’s Critique of Judgment*. Routledge, New York and London. 2016. p. 354.

Mecânica Newtoniana¹², uma vez que ela é uma ciência *determinista*, na qual a matéria é infinita, estéril e inerte e cujos objetos só poderiam ser movidos caso uma força agisse *eficientemente* por sobre eles, mediante as leis de atração e de repulsão¹³. A Natureza deveria, por outro lado, ser vista um *todo orgânico e dotado de vida*, do qual o subjetivo e o objetivo fossem meros *momentos* em um único e *absoluto* processo, ou a unificação entre os campos não poderia ser efetuada¹⁴. Os idealistas, então, precisaram recorrer à uma visão de Natureza muito mais ancestral para que pudessem dar conta de seu ambicioso projeto; para tanto, eles se voltaram ao ideal de Natureza dos mais clássicos filósofos gregos que se poderia imaginar, a saber: Platão e Aristóteles.

¹² Esta possuiria, no máximo, um “lugar subordinado”, conforme descreve Hegel no *Adendo* do §195: “Esse [mecanicismo] é, porém, um modo-de-considerar superficial e pobre-de-pensamentos, que não pode bastar nem no que diz respeito a natureza, nem no que concerne ao mundo do espírito. (...) Também no domínio do mundo do espírito o mecanicismo tem seu lugar, contudo, *só um lugar também subordinado.*” HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas. Vol I: A Ciência da Lógica*. Edições Loyola, São Paulo. 2012. pp. 335-336.

¹³ Tenhamos em mente também que, a despeito das acusações de um suposto anti-cientificismo das filosofias idealistas, até o final de 1840 – com o estabelecimento do *Principio de Conservação de Energia* e da mutua conversão entre diversos tipos de energia, por Helmholtz - explicações puramente mecânicas de eventos naturais eram (inclusive para o próprio Kant) incapazes de dar conta de certas ciências naturais, que também estavam ganhando força no século XIX, sobretudo com respeito aos desenvolvimentos de seres vivos, em cujas funções fisiológicas e comportamentais pareciam possuir uma teleologia interna inexplicável de modo puramente mecânico (Hegel salienta esse ponto em §195). Esse *animismo* e *vitalismo* nas ciências da vida era defendido não apenas pelos românticos e idealistas, mas até mesmo por cientistas renomados nos campos de anatomia comparada, medicina, química, fisiologia, psicologia, botânica e embriologia dos séculos XVIII e XIX, tais como Georg Stahl, Oersted, Curvier, Carus, Laycock, Karl Ernst von Baer e Johannes Müller. Sobre o tema ver: ZAMMITO, J. *The Gestation of German Biology: Philosophy and Physiology from Stahl to Schelling*. The University of Chicago Press, Chicago and London. 2018; ver também: OTIS, Laura. *Muller’s Lab*, Oxford University Press, USA. 2007; e BÜCHNER, L. *Force and Matter: Or Principles of the Natural Order of the Universe, With a System of Morality Based Thereon*. Forgotten Books, 2015. pp. 21-30.

¹⁴ É sabido que Kant considerava tal unificação entre os elementos ativos do entendimento com a matéria - fenômeno alcunhado de *hylozoísmo* - como a “morte de toda *Naturphilosophie*”. LANGE, F. A., *History of Materialism. And Criticism of its Present Importance*, Vol. II: *History of Materialism Since Kant*, Routledge, 2001. pp. 17-18

No quarto item do livro Delta de sua *Metafísica*, Aristóteles conclui sua ideia de Natureza da seguinte forma:

“(...) a Natureza, em seu sentido originário e fundamental, é a Substância das coisas que *possuem o princípio do movimento por si mesmas e por sua essência*: com efeito, a matéria só é dita Natureza porque é capaz de **receber** esse princípio, e a geração e o crescimento só porque são movimentos que derivam desse mesmo princípio. E esse princípio do movimento dos seres naturais, *que de algum modo é imanente a eles*, ou é em potencia ou é em ato.” (Metafísica, livro Delta 1015^a 10-15)¹⁵

Mas dado que para Aristóteles a matéria não pode ser causa de seu próprio movimento e tampouco o movimento pode ser causa de si mesmo, é necessário ainda um princípio anterior, pelo qual se explique o movimento da Natureza. E este é, segundo o Filósofo, a *Finalidade*, a *Inteligência*, ou o *Bem* último para o qual todas as coisas tendem e o *ato puro e imóvel* pelo qual todo movimento é explicado: o primeiro motor (Lambda, 6, 1071b 10-15). Escreve Aristóteles:

“Portanto, [o Primeiro Motor] é um ser que existe necessariamente; e enquanto existe necessariamente, existe como Bem, e desse modo é Princípio (...). Desse Princípio dependem o céu e a Natureza. (...) E Ele também é vida, porque a atividade da inteligência é vida, e Ele é, justamente, essa atividade.” (Metafísica, Livro Lambda, 7, 1072b 10-25).¹⁶

Desse modo, a partir dessas duas passagens, é possível para nós agora entendermos os três pilares sobre os quais os Idealistas formulam o seu conceito de Natureza:

- I. **Em primeiro lugar**, a Natureza é *vitalística*, isto é, dotada intrinsecamente de movimento e de *vis viva* (*Lebenskraft*) e não algo absolutamente morto e capaz de se mover apenas *cega e eficientemente*¹⁷ segundo leis puramente *mecânicas*;

¹⁵ ARISTÓTELES. *Metafísica*, trad. by PERINE, Marcelo, 4 ed. Edições Loyola: São Paulo, 2014. p. 201.

¹⁶ *Ibidem.*, p. 565.

¹⁷ O termo “vida” está sendo aqui aplicado em sentido técnico e aristotélico. Conforme descrito no Livro II de seu *De Anima*, está *vivo* tudo aquilo que possui em si as causas e princípios de seu movimento.

- II. **Em segundo lugar**, a Natureza é *teleologicamente determinada*, ou seja, sendo dotada de vida e tendo em si mesma o princípio do movimento, a Natureza também se move de acordo com certos fins, segundo os quais seria capaz de adquirir *perfeição*;
- III. **Em terceiro lugar**, A Natureza é *racional* e os fins para os quais se dirige são determinados de maneira inteligente.

3. Por sua vez, a **terceira mudança** efetuada pelos idealistas em relação à Kant é uma consequência direta de tal concepção de Natureza: da *Razão*, dos *Puros Conceitos*, nos é agora possível *conhecer teórica e completamente a realidade*, porque o Real - a Natureza - é Racional e o Racional é Real. O subjetivo e o objetivo, a alma que conhece e o corpo que é conhecido, portanto, não são senão *manifestações de momentos* de tal Realidade e as diferenças entre ambos os campos não é mais de princípio, como em Kant, mas tão somente de grau¹⁸. Em outros termos: uma vez que os fins para os quais a Natureza tende são racionais e uma vez somos seres dotados de razão e *partes* dessa Natureza, então nada nos impediria de conhecer (ou, em alguns casos, de *intuir*), por meios exclusivamente lógicos a *totalidade* do *Mundo*, da *História* e até mesmo de *Deus*. A observação e a nossa passiva *sensibilidade*, seriam, portanto, elementos meramente subordinados ao nosso *entendimento*.

4. Finalmente, **em quarto lugar** encontra-se uma das mais importantes razões pelas quais os movimentos idealistas colocaram tanto empenho no desmantelamento do *idealismo crítico* kantiano: para grande parte deles, as restrições epistemológicas e dualidades postas por Kant, sobretudo com respeito às *Ideias* de *Deus*, *Mundo* e *Liberdade* que possuíam em tal autor apenas um caráter *prático e normativo*, eram insuficientes para a fundamentação da *moralidade* e isso decorreria diretamente do fato de que a adoção de uma concepção *mecânica e determinista* de Natureza implicaria na nulidade absoluta de sua *filosofia prática*. Assim, não bastava para os idealistas o mero fato de podermos *pensar a liberdade, como-se* ela existisse. Segundo eles, apenas isso não seria capaz de salvar a filosofia crítica do ateísmo e do nihilismo moral, pois, embora para Kant fosse possível *pensarmos hipoteticamente em nós mesmos como seres*

¹⁸ BEISER, Frederick. *Kant and Naturphilosophie*. In: MICHAEL, F. and NORDMANN, A. (eds.). *The Kantian Legacy in Nineteenth-Century Science*, 2006. p. 17.

livres (Liberdade Transcendental), isso seria, tendo em vista a oposição entre *fenômenos* e *coisas-em-si*, algo para sempre impossível de *provarmos*¹⁹.

É partir disso que as principais dualidades postuladas por Kant começam a ser completamente dissolvidas. E, sendo esse o caso, também seu o próprio ideal de Filosofia – tomada como um procedimento *crítico e regressivo* de *justificação* do *fato* das ciências - acabou por ser solapado e substituído por um outro, no qual nós não mais *refletimos* sobre as *condições de possibilidade* das *leis científicas dadas*, mas em vez disso nos tornamos capazes, por meio de nossa pura faculdade especulativa, de *deduzir* (em sentido lógico e não jurídico) os fatos *constituintes* do mundo, segundo certos *primeiros princípios* ou *procedimentos dialéticos*. Para os Idealistas, portanto, nós não meramente *refletimos* sobre as condições de possibilidade do conhecimento de *fenômenos*; agora, essa mesma reflexão passou a ser tão somente um dos momentos da manifestação do *Absoluto*, do *Espírito*, ou do *Real*.

Esse processo fica ainda mais claro (a despeito da grande obscuridade do autor) quando lemos, por exemplo, a definição hegeliana dos conceitos de *Ideia*, e de *Ideia Absoluta*, elaborado nos itens §214 e §237 do primeiro volume da *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*. Escreve Hegel:

[§214] “A *Ideia* pode ser compreendida: [a] como a *razão* (...); [b] como o *sujeito-objeto*, além disso; [c] como a *unidade do ideal e do real; do finito e do infinito, da alma e do corpo*; [d] como a *possibilidade que tem, em si mesma, sua efetividade*; como aquilo cuja *natureza* só pode ser *concebida como existente* etc; porque na *Ideia* estão contidas todas as relações do entendimento, mas em seu *infinito* retorno e identidade em si mesmos.”²⁰

[§237] “Porque a *Ideia Absoluta* não tem nela nenhum passar, nenhum pressupor e, de modo geral, nenhuma determinação que não seja fluida e translúcida, a *Ideia Absoluta* é para si a *forma pura* do conceito, que intui *seu conteúdo* (...).”²¹

¹⁹ PINKARD, T. *German Philosophy 1760-1860: The Legacy of Idealism*. Cambridge University Press, Cambridge. 2002. pp. 45-65.

²⁰ HEGEL, G. W. F. *Op. cit.* 2012. pp. 350-351.

²¹ *Ibidem*. p. 367.

Assim, tudo aquilo contra o que Kant lutou arduamente até o fim de sua vida passou a ser novamente realidade; mais uma vez, a Filosofia deixou de ser *Crítica* e passou a ser *Dogmática*; e as *Ideias* de *Deus*, de *Mundo* e de *Liberdade*, que possuíam em tal autor um caráter *hipotético* e *regulativo* de como nós *deveríamos* agir ou pensar, tornaram-se os elementos *constitutivos* de como as coisas *efetivamente são*.²²

b) Os Primeiros Neo-Kantianos

É óbvio, no entanto, que mudanças tão drásticas no modelo filosófico kantiano não passaram despercebidas. Ao contrário, elas implicaram em incontáveis reações de todos os lados, e sob as mais variadas formas: O Materialismo, o Idealismo Germânico Tardio de Trendelenburg e Lotze, o Pessimismo e o Neo-Kantianismo em suas mais diversas acepções – tomado tanto em sua gênese, no final do século XVIII e primeiros anos do século XIX, bem como posteriormente ao declínio vertiginoso das filosofias especulativas, na década de 1860²³. Infelizmente, não nos será possível abordar todas essas reações minuciosamente aqui, então foi selecionada apenas uma para ser apresentada com maior riqueza de detalhes, enquanto as outras serão tematizadas apenas sob aspectos gerais, antes de passarmos à terceira e última parte deste texto.

Desse modo, exporemos a partir de agora algumas características do primeiro desenvolvimento do Neo-Kantianismo, representado pelos autores Jakob Friedrich Fries, Friedrich Herbart e Friedrich Eduard Beneke, originado quando o próprio Kant estava ainda vivo. Para tanto, não obstante, forneceremos apenas alguns conceitos-chave do primeiro desses autores, cujo projeto será aplicado por extensão - e por fins didáticos - aos outros dois, embora seja necessário ter em mente que todos eles divergem em certos aspectos, que deixaremos de lado aqui.

Afirmamos anteriormente que o Idealismo Alemão pretendeu estabelecer um realismo por meio da dissolução das dualidades kantianas e que o fez progressivamente por meio da **reformulação do conceito mecânico de Natureza**, mediante a

²² PINKARD, T. *Op. cit.* 2002. pp. 105-130.

²³ Para uma perspectiva geral das diferentes controvérsias ocasionadas pela crise das filosofias especulativas, ver: BEISER, Frederick. *After-Hegel: German Philosophy (1840-1900)*, Princeton University Press: Princeton, 2014.

hipostasiação das condições de possibilidade do conhecimento e da abolição do caráter puramente regulativo que as *Ideias da Razão – de Deus, Alma e Liberdade* possuíam na *filosofia crítica*. No caso dos três autores supracitados podemos dizer que, em termos gerais, seus projetos eram precisamente os contrários.

Os primeiros Neo-Kantianos enfatizavam categoricamente o aspecto **regulativo** e não **constitutivo** do *método sintético* na filosofia kantiana²⁴, e também a **primazia** da *sensibilidade* e do *método analítico* em suas elaborações teóricas; ou seja, para eles, as condições de possibilidade do conhecimento não estão separadas do sujeito que conhece e, ainda mais radicalmente do que Kant, eles defendiam que essas condições de possibilidade fazem parte não de um *sujeito transcendental abstrato* (isto é, não de *todos os seres racionais*, como em Kant) e menos ainda da própria *constituição* do Real, mas da *estrutura cognitiva de indivíduos concretos* ou da estrutura psíquica do *ser humano* em geral; além disso, todos eles reconheciam que essa estrutura cognitiva e geneticamente determinada, da qual se parte para realizar a *análise* do mundo, implica em uma *lacuna intransponível* entre o sujeito do conhecimento e seu objeto. Dessa forma, para tais autores, também a tarefa da Filosofia retorna à acepção kantiana original: Filosofia volta a ser, na visão deles, uma reflexão sobre o *faktum* das ciências e não mais possui o direito ou a autoridade de se impor sobre elas com respeito ao seu método ou derivar *acriticamente e a priori* os seus objetos²⁵.

²⁴ BEISER, Frederick. *The Genesis of Neo-Kantianism (1796-1880)*, Oxford University Press: Oxford, 2017, p. 16 e pp. 51-53.

²⁵ É necessário salientar aqui que os primeiros Neo-Kantianos obviamente não aderiram à filosofia de Kant como um todo e nem de maneira unívoca. O principal objetivo de alguns deles (como fica evidente, por exemplo, no caso de Herbart e Beneke) era precisamente o de contornar as restrições kantianas expostas no prefácio dos *Fundamentos Metafísicos da Ciência Natural*, com respeito a possibilidade de uma psicologia científica. E é sobretudo a partir de Herbart que muitos psicólogos e fisiólogos do século XIX, tais como Fechner e Wundt, pretenderão fundar uma psicologia baseada na mensuração matemática de magnitudes intensivas de fenômenos psicológicos. Coisa que, na visão de Kant, era declaradamente impossível, em vista do suposto fato de fenômenos psicológicos possuírem apenas uma dimensão e um procedimento matemático exigir ao menos duas variáveis. Sobre a influencia de Herbart à psicologia experimental no século XIX, ver: WUNDT, W., *Principles of Physiological Psychology*, Nabu Press, 2010, pp. 4-5. Ver também: FECHNER, T. G. *Elements of Psychophysics*. Vol. I. Trad. by Adler, Helmut E., Rolt, Rinehart and Winston, Inc., 1966. p. xxx.

E com Fries não foi diferente. Jakob Friedrich Fries teve contato desde muito cedo com os escritos pré-críticos de Kant - dentre os quais se encontrava até mesmo aquele ensaio de 1763 para a Academia Real de Ciências que mencionamos anteriormente -, e nos quais Kant realçava a importância do *método analítico*, isto é, da sensibilidade e do método observacional e construtivo para a prática das ciências.

E foi em base a tais leituras que Fries passou a contracenar com os grandes filósofos idealistas de seu tempo – Reinhold, Fichte e Schelling – e a acusá-los de perverterem o *verdadeiro espírito* kantiano, na pretensão de derivar tudo a partir de princípios *puramente especulativos e intuições metafísicas*, deixando o caráter analítico e sensível, outrora tão imprescindível ao estabelecimento de teorias científicas, com um papel meramente secundário. Assim, a filosofia Frisiana pretendeu retornar à Kant com respeito ao método que seria o verdadeiro princípio que deveríamos tomar como ponto de partida na prática de qualquer ciência: o *Método Analítico*²⁶.

E quais as especificidades de Fries e as diferenças entre ele, Kant e os filósofos idealistas? Resumidamente, o projeto Frisiano pretendeu reformular a *filosofia crítica* de três formas, segundo o comentador Frederick Gregory:

“**Primeiro**, ele teria de demonstrar que a crítica da razão, que de acordo com Kant seria uma *propedêutica à filosofia*, era, enquanto tal, um *ramo da psicologia empírica, da qual os objetos de observação são os fenômenos da mente humana*. A crítica da razão era, portanto, uma *psicologia geral* – que posteriormente ele denominaria *antropologia filosófica*. A **segunda tarefa** era tornar precisa a relação entre *psicologia geral* e *psicologia empírica* e também com o que era denominado *psicologia racional*. Uma vez sendo completadas essas duas, a **terceira tarefa** poderia ser adicionada, nomeadamente: escrever uma nova, e *antropológica, crítica da razão*.”²⁷ (tradução e grifos nossos)

Nesse trecho, Gregory menciona que Fries realizou uma distinção entre *Psicologia Geral* e *Psicologia Empírica*, e sem entrar em muitas nuances, tal distinção diz respeito (com ressalvas) à aplicação do que chamamos de **método analítico** e

²⁶ BEISER, Frederick, *Op. cit*, 2017. pp. 33-34.

²⁷ GREGORY, Frederick. *Extending Kant: The Origins and Nature of Jakob Friedrich Fries's Philosophy of Science*, in: MICHAEL, F. and NORDMANN, A. (eds.). *The Kantian Legacy in Nineteenth-Century Science*. 2006, pp. 85-86.

método sintético nas ciências e nos momentos em que seria apropriado aplicar um ou o outro. A diferença entre as duas psicologias, nesse caso, é que uma está especificamente relacionada a esfera prática da medicina ou fisiologia, que necessita de uma observação acurada dos organismos dos quais pretende tratar (Psicologia Empírica); e a outra (Psicologia Geral) à esfera teórica da psicologia propriamente e cuja tarefa consistiria na exposição e descrição das partes e do fluxo contínuo dos estados de consciência, sendo estes característicos não de todo ser racional, mas especificamente dos seres humanos, tomados enquanto espécie. Fries defendia, então, que o método da fisiologia deve partir da observação dos organismos em direção à determinação dos seus princípios e leis, por *abstração* e por *indução*, para, a partir deles, *explicarmos heurística e progressivamente* as relações quantitativas entre tais organismos.²⁸²⁹ Assim, **primeiramente** procederíamos através da *análise e observação de certos fenômenos*, e **apenas posteriormente** exporíamos, de maneira *sintética e compreensiva*, as relações quantitativas entre tais fenômenos.³⁰

Claramente, nesse sentido, a *epistemologia* e a *filosofia transcendental* kantiana foram reduzidas à disciplinas científicas particulares, as quais teriam como tarefa e como

²⁸ É preciso ressaltar, no entanto, que no séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX muitos autores não acreditavam na possibilidade de explicação *efetiva* da interação entre mente e corpo e, por conseguinte, até mesmo o próprio Fries tomava esse procedimento de maneira puramente *pragmática* à prática da medicina e rejeitava a possibilidade da *psicologia empírica* e fisiologia possuírem o *status* de ciências (porque, assim como Kant, Fries considerava impossível a matematização de fenômenos psicológicos). Em certa medida, a teorização sobre se a investigação fisiológica da psicologia possibilitaria a afirmação de seu caráter científico foi algo que só começou a ocorrer muitas décadas à frente, com o avanço da pesquisa genética, efetuada e aplicada por autores como Helmholtz e Du-bois Reymond. Sobre o tema, ver: REED, Edward S., *Chapter 11: The Separation of Psychology from Philosophy: Studies in the Sciences of Mind 1815-1879*. In: TEN, C. L. (ed.) *Routledge History of Philosophy, Vol. VII: The Nineteenth Century*. Routledge, 2002, pp. 297-356.

²⁹ BEISER, Frederick. *Op. cit.* 2017. p. 43.

³⁰ A despeito das suas similaridades, entretanto, é preciso salientar que existem importantes diferenças entre Kant e Fries com respeito à aplicação do *método sintético*, sendo algumas das principais as seguintes: (1) o caráter majoritariamente heurístico deste no modelo teórico frisiano e (2) as limitações de sua aplicação às teorias científicas particulares. Sobre o tema, ver: PULTE, H. *Kant, Fries and The Expanding Universe of Science* in: MICHAEL, F. and NORDMANN, A. (eds.). *The Kantian Legacy in Nineteenth-Century Science*. 2006. pp. 101-121.

método **em primeiro lugar** a *análise* genética e quantitativa de nossos processos fisiológicos e psicológicos para a sua **posterior** descrição e exposição *sistemática*.

Por outro lado, em que tal procedimento difere com relação à aplicação exclusiva do *método sintético* na prática das ciências, defendida pelos filósofos idealistas, fica claro quando lemos a seguinte crítica de Fries à implementação isolada de tais métodos na prática da medicina. Ele escreve:

“Gradualmente, essa firme convicção [de que alguém pode conhecer tudo *a priori*] quando aplicada de maneira desafortunada à dialética e terapia, pode ter consequências muito graves, pois pretende-se tratar *a priori* e por meio de um raciocínio filosófico uma ainda não descoberta doença, ou conhecer o efeito de um medicamento em um organismo quando ele ainda não foi observado. Esse é, de fato, o lado perigoso da desilusão envolvida nas construções filosóficas da natureza e das enfermidades.”³¹

(Tradução nossa)

E embora tal passagem pareça ter um caráter puramente hipotético, em realidade, Fries está se referindo à acontecimentos concretos e polêmicos, nos quais efetivamente se tentou realizar o tratamento de doenças desconhecidas por meio da pura especulação, e cujos resultados não foram, previsivelmente, os esperados.³²

Ainda assim, precisamos ter em mente que, na época de Fries, muitas das descobertas da fisiologia ainda não haviam sido formuladas. Não sabíamos, por exemplo como se daria a conexão entre as atividades ou poderes psíquicos com processos fisiológicos determinados e nem haviam formas de mensuração que possibilitassem uma razão entre um estímulo físico X e um evento psicológico Y. Por conta desta e de outras razões, ele acabou por descartar, pelo menos provisoriamente e no estado em que se encontravam, a fisiologia e a psicologia enquanto ciências (em sentido próprio), pois os seus métodos eram ainda por demais descritivos, qualitativos, cheios de lacunas e padeciam da precisão matemática que se exige à explicação dos fenômenos em disciplinas que se pretendam científicas.

E, embora seja verdade que, além de Fries, tanto Beneke como Herbart (que foi o primeiro a tentar estabelecer uma forma de matematizar os nossos estados mentais

³¹ BEISER, Frederick. *Op. cit.* 2017. p. 45.

³² *Ibidem.* p. 44.

através de um procedimento introspectivo³³) estivessem também na constante tentativa de denunciar os problemas metodológicos entorno às filosofias especulativas de seus conterrâneos Reinhold, Fichte, Schelling e Hegel, tais autores foram obscurecidos, tanto em sua vida prática como na História da Filosofia, pela enorme influencia filosófica e política das quais dispunham os idealistas alemães. Entretanto, como ficará evidente a seguir, isso também acabaria por mudar drasticamente.

c) **Crise de Identidade da Filosofia**

Os outros motivos pelos quais houve o massivo abandono das filosofias especulativas serão enunciados aqui apenas superficialmente e em tópicos, pois só desta forma é possível colocar em evidencia, de maneira clara e sintética, a diversidade de razões pelas quais a filosofia na segunda metade do século XIX teria sofrido com uma *Crise Identitária*.

Cerca de 10 anos após a morte de Hegel, em 1831, ocorreram uma série de eventos devastadores ao idealismo alemão nos mais diversos âmbitos, são eles:

I. Na esfera político-econômica, pelo menos três fatores podem ser mencionados:

- (i) o fim do Movimento Reformista Prusso – que era o maior financiador dos sistemas idealistas nas universidades alemãs -, em 1840;
- (ii) a reimplantação da censura de imprensa, em 1842;

³³ Escreve Jahoda: “For him [Herbart] the task of psychology was that of explaining how simple *Vorstellungen* like ‘sweet, small, red, or heavy’ could give rise in combination to complex modes of thought. There is a certain resemblance in this respect to Condillac’s ‘sensationism’. Herbart conceived *Vorstellungen* as embodying Newtonian-type ‘forces’ and accordingly viewed them as existing in two modes, respectively *statics* and *mechanics*. Since *Vorstellungen* involved *forces*, their motions were capable of being represented by sets of equations, and these lay at the heart of his mathematical psychology, *Mechanics* referred to the forces being capable of producing motions of several diferente types, the simplest being that *Vorstellungen* can rise above the threshold of consciousness or sink below it over periods of time.” JAHODA, Gustav. *Johan Friedrich Herbart: ‘Urvater’ of Social Psychology*. In *History of The Human Sciences* vol. 19. No 1. 2006. pp. 23-24.

(iii) e o fracasso da revolução pela unificação dos estados alemães, em 1848³⁴. Como resultado, foi posta em xeque a tese hegeliana de que haveria alguma *racionalidade e liberdade* subjacentes ao desenvolvimento da História (que culminariam no povo germânico³⁵), o que criou um grande abalo em seu sistema, iniciado pelos próprios hegelianos da asa-esquerda.

II. Em termos de **inovações filosóficas**, Feuerbach³⁶, Trendelenburg, Kierkegaard e Nietzsche³⁷ realizaram sucessivos ataques à Hegel. Sobretudo três merecem ser enunciados aqui:

(i) a crítica ao *método dialético* na previsão de eventos naturais e históricos e que implicava na abolição das dualidades kantianas entre *forma lógica* (entendimento) e *conteúdo* (sensibilidade); *fenômenos* e *coisas-em-si*; e *filosofia teórica* e *filosofia prática*;

(ii) ao papel secundário que Hegel fornecia à *sensibilidade* nas práticas teóricas depois de efetuadas tais abolições;

(iii) e às elaborações Hegelianas acerca da Religião e da História.

III. E, sob a lente dos **desenvolvimentos científicos** no período, a possibilidade de explicar eventos fisiológicos e biológicos de maneira não *inatamente progressiva* e *puramente mecânica* foi estabelecida por autores como Theodore Schwann³⁸, Charles Darwin³⁹, Hermann von Helmholtz⁴⁰ e Emil Du-bois Reymond⁴¹, e

³⁴ WILLEY, T. *Back to Kant: The Revival of Kantianism in German Social and Historical Thought, 1860-1914*. Wayne State University Press, Detroit. 1978. pp. 27-28

³⁵ BEISER, F. *Hegel*. Routledge: London and New York. 2005. p. 266.

³⁶ GREGORY, Frederick. *Scientific Materialism in Nineteenth Century Germany*. D. Reidel Publishing Company, Boston. 1942. pp. 13-28.

³⁷ BEISER, *Op. cit.* 2005. pp. 278-281.

³⁸ OTIS, Laura. *Muller's Lab*, Oxford University Press, USA. 2007. pp. 62-64

³⁹ RICHARDS, R. *The Meaning of Evolution: The Morphological Construction and Ideological Reconstruction of Darwin's Theory*. The University of Chicago Press, Chicago and London. 1992. pp. 80-90.

amplamente difundida (de modo bastante enviesado) em revistas de popularização científica e livros, pelos autores materialistas da segunda metade do século XIX⁴². Tal processo, por sua vez, acabou implicando em um massivo abandono do papel da *teleologia* como modelo explicativo nas ciências naturais e, desse modo, abalou ainda mais os alicerces da *Naturphilosophie* de Schelling, Oken, Hegel e demais filósofos e cientistas que advogavam pela *irreducibilidade* entre *leis mecânicas deterministas* e *leis teleológicas*, supostamente regentes das ciências da vida.

d) O Novo Paradigma das Ciências

O século XIX é muito apropriadamente alcunhado por autores como Schnädelbach como o “*Século das Ciências*”. Na segunda metade do século, avanços consideráveis na matemática, na física, na química e na fisiologia começaram a ocorrer, devido ao processo de tecnização e especialização dos ramos do saber, que ficará conhecido como *Dinamização das Ciências*⁴³. E o cientista natural, conforme sintetiza muito bem Brentano, “nunca pretende penetrar na própria essência das coisas”⁴⁴ e “nunca pretende fundamentar o *como* e o *por quê* de uma conexão causal”⁴⁵, mas tão somente generaliza certos elementos mais ou menos invariáveis dos fenômenos depois de *testá-los* e *observá-los* repetidas vezes. Ora, e se é assim, é evidente que, em geral, o cientista

⁴⁰ CAHAN, D. *Helmholtz: A Life in Science*. The University of Chicago Press, Chicago and London. 2018. pp. 180-182.

⁴¹ OTIS, Laura. *Op. cit.* 2007. pp. 85-89.

⁴² Conforme vemos, por exemplo, em Büchner: “Este fato [a redução de leis orgânicas à mecânicas], que Voltaire outrora julgou tão impossível que passou a sustentar a completa vacuidade de visões materialistas, é hoje em dia *completamente provado*. Quantos mais argumentos similares e opostos ao assim chamado materialismo irão encontrar um destino similar nos dias que estão por vir!” BÜCHNER *Op. cit.* 2015. p. 30.

⁴³ SCHNÄDELBACH, H. *Philosophy in Germany 1831-1933*. Cambridge University Press, Cambridge. 1984. pp. 67-100.

⁴⁴ BRENTANO, Franz. *Las Razones del Desaliento en la Filosofía*, trad. by Zubiri, Xavier, Ediciones Encuentro, 2010. p. 11.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 11.

natural tem muito pouco apreço pelas filosofias defensoras de métodos puramente especulativos⁴⁶.

Para o cientista natural da segunda metade do século XIX⁴⁷, que se utilizava constantemente de instrumentos para observação e análise dos seus objetos de estudo (como por exemplo, no período, eram o microscópio e o recém-criado oftalmoscópio), o ideal de filosofia e os métodos abstratos dos sistemas especulativos eram de pouca ou nenhuma serventia. Isso, por sua vez, acarretou em um fenômeno muito peculiar: pela primeira vez, Filosofia e Ciência Natural se tornariam ramos *completamente separados*, cada qual com a sua própria e peculiar metodologia e esfera de atuação. Filósofos não são mais cientistas e cientistas não são mais filósofos. E, enquanto as ciências continuaram progredindo - alcançando novas descobertas e tecnologias como o *Eletromagnetismo* de Faraday-Maxwell, o *Princípio de Conservação de Energia* de Helmholtz, a *Teoria Celular* de Schwann, as pesquisas entorno à importância da nutrição de Moleschott e etc - a Filosofia se provava cada vez menos eficiente em suas tentativas de prever racionalmente o Mundo e a História.

Tal processo - que aumentou cada vez mais a confiança nas ciências positivas e jogou progressivamente a Filosofia no mais absoluto descrédito - levou à uma desafortunada conclusão: a Filosofia fracassou e os Sistemas Idealistas caíram junto com ela. Assim, com a queda de tais sistemas e com a adoção de uma nova concepção daquilo que deveria ser a *função social* da ciência nesse período - possibilitada pela Revolução Industrial e pelos avanços e unificações metodológicas na física, química, fisiologia, biologia, óptica e nutrição - certas visões de mundo reducionistas, como o

⁴⁶ Parece haver, entretanto, um certo conflito de interpretações sobre se o *vitalismo* defendido pelos partidários da *Naturphilosophie* era assumido com ou sem tranquilidade, mesmo nos ramos da “biologia”, morfologia e química orgânica, no final do século XVIII e no séc. XIX, dos quais em tese retirou tanta força. Enquanto Lenoir assume que a influencia da *Naturphilosophie* no desenvolvimento da biologia germânica “mostra-se não mais que ilusória”, Beiser, Richards, Otis e Zammito, por outro lado, parecem defender a ideia. Beiser e Lenoir discordam, inclusive, em relação ao mesmo autor. Acerca da discordância entre Beiser e Lenoir, ver: BEISER, Frederick, *Op. cit.* 2008. pp. 365-369; ver LENOIR, Timothy. *The Strategy of Life: Teleology and Mechanics in Nineteenth-Century German Biology*. The University of Chicago Press: Chicago and London, 1989. pp. 5-6.

⁴⁷ No século XVIII e início do século XIX, a linha entre filosofia e ciência experimental era muito mais tênue que a que costumamos levar em consideração hoje em dia.

materialismo científico (representado sobretudo por autores como Vogt, Moleschott, Czolbe e Büchner), o *positivismo Comteano* (que, embora na contra-mão do processo de especialização das ciências e da tese Milliana de que os sistemas científicos se estruturam de fatos particulares para fatos particulares, era, ainda assim, um forte contra-ponto ao ideal de filosofia metafísico dos filósofos idealistas⁴⁸), o *fenomenalismo* de autores como Mach e o *indutivismo probabilista* de J. S. Mill começaram a ganhar força e, em consequência, a legitimidade da existência da Filosofia, enquanto uma disciplina que detivesse algum valor por si própria, passou também a ser questionada.

Entretanto, a rejeição à Filosofia tampouco foi algo unanimemente desejado por todos. Reações contrárias a tais visões-de-mundo reducionistas também surgiram, clamando que, a despeito do fato dos sistemas idealistas terem caído em descrédito, isso não necessariamente implicaria que a Filosofia *per se* tivesse acabado ou que pudesse ser *completamente* descartada, mas significaria tão somente que uma certa *ideia* de Filosofia encontrou seu fim e que deveríamos, em vez de promover o *abandono* completo de tão nobre e anciã disciplina, *reformular e retornar* à outros modelos e ideais da mesma, cujas origens poderiam ser retraçáveis aos mais variados autores: seja Platão, Aristóteles, Kant ou Fries.

Podemos dizer então que, em certa medida, as controvérsias que eclodiram no contexto intelectual do século XIX – a querela do Materialismo; a querela *Ignorabimus*, colocada pelo cientista Emil Du-Bois Reymond; o retorno à visão de mundo aristotélica, proposto por Trendelenburg; a pretensão Lotzeana de conciliação entre uma visão mecânica e teleológica de mundo por meio da separação entre a esfera dos fatos e a esfera da normatividade; o Historicismo; o Pessimismo de Schopenhauer; o Neo-Kantianismo de Baden, Marburgo e Neo-Frisianos, e assim sucessivamente - nada mais são que tentativas de respostas à *Crise da Filosofia*.

⁴⁸ CASSIRER, E. *The Problem of Knowledge: Philosophy, Science, and History since Hegel*, Oxford University Press, London. 1950. pp. 7-16.

E, mesmo que uns defendam - como Vogt e Mach⁴⁹ - que a Filosofia não tem e nem deve ter qualquer papel entre as ciências; outros defendam - como Cohen⁵⁰ - que a Filosofia deva ser uma *reflexão crítica e regressiva* sobre o *faktum* das ciências; ou ainda outros - como Trendelenburg e Brentano⁵¹ - que a Filosofia por si mesma deva seguir o mesmo método das ciências naturais (segundo um ideal Aristotélico de *Ciência*); há, ainda assim, entre todas estas tão heterogêneas perspectivas, um objetivo comum: todos esses autores e ricos movimentos filosóficos são, em última instância, tentativas de responder às duas questões mais antigas, insolúveis e que mais causam embaraço ao filósofo quando questionado: *O que é a Filosofia? E à que serve a Filosofia?*

I. As Origens da Psicologia Experimental

Ainda mais além, sem uma resposta adequada às duas questões, muitas das ciências não seriam capazes de fundar e garantir sua própria dignidade e autonomia enquanto disciplinas. A *Crise da Filosofia* representa também a crise de todas as ciências ditas *inexatas*⁵², que obtiveram outrora fundamentação nos agora falidos

⁴⁹ Ver: MACH, E. *Knowledge and Error*. D. Reidel Publishing Company, Boston-USA. 1976. pp. xxxi-xxxiii.

⁵⁰ BEISER, F. *Hermann Cohen: An Intellectual Bibliography*. Oxford University Press, Oxford. 2018. p. 113.

⁵¹ Isso é evidenciado quando lemos a famosa 4ª tese de Habilitação de Brentano, de 1865: “O verdadeiro método da filosofia não é outro que aquele das ciências da natureza” (tradução nossa), *Las Thésés D’Habilitation*, in: FISETTE, D. et FRÉCHETTE, G. (eds. et trads.) *F. Brentano: Essais et Conférences, vol. I: Sur L’Histoire de la Philosophie*, Librairie Philosophique J. Vrin: Paris, 2018, p. 45.

⁵² Entretanto, no século XIX, não foram apenas as ditas ciências inexatas que sofreram com grandes reformulações e crises. Polêmicas entorno ao conceito de número, à irredutibilidade entre os campos da aritmética e geometria, ao estabelecimento de geometrias não-euclidianas e à explicação genética da origem dos conceitos matemáticos (ênfaticamente sobretudo por J. S. Mill) também colocaram em xeque a validade *a priori* e irrestrita da matemática. Além disso, também a física, entendida sob o paradigma da mecânica newtoniana, estava passando por maus momentos. Com o estabelecimento da segunda lei da termodinâmica, processos físicos não-regressíveis começaram a ser vislumbrados como possíveis; e o estabelecimento do eletromagnetismo de Faraday-Maxwell entrava em pleno atrito com a concepção newtoniana de *força*, o que pôs em dúvida a confiabilidade na capacidade explicativa de todas as ciências

sistemas especulativos. Desse modo, tanto por motivos ideológicos como financeiros, foi preciso que aqueles comprometidos com o Direito, com a História, com a Psicologia e assim por diante procurassem algum modo de legitimar a existência e a autonomia dos seus respectivos ramos.

a) As Restrições Kantianas à Psicologia como Ciência

E, ainda que seja verdade que a crise dos sistemas especulativos tenha sido um dos principais fatores pelos quais sucessivas tentativas de fundamentação empírica de uma psicologia ocorreram, não podemos deixar de mencionar que um dos maiores entraves ao estabelecimento desta enquanto uma disciplina efetivamente científica encontra sua gênese em um autor já mencionado neste texto e muito anterior à tal crise: Immanuel Kant.

Anteriormente, descrevemos uma breve esquematização do pensamento desse filósofo e pontuamos algumas das questões que ocupavam sua mente no final do século XVIII. Não obstante, devemos ainda nos debruçar sobre mais uma consequência da concepção de ciência kantiana – concepção que foi, a partir de Helmholtz, amplamente retomada e difundida como em se tratando de uma sólida alternativa ao descredito Idealismo Germânico – e que foi estabelecida sobre um ideal de filosofia que buscava uma *justificação teórica e crítica* da aplicação das leis científicas à *Natureza*⁵³, a saber: uma vez que, para Kant, uma disciplina só pode atingir o *status* de ciência se puder ser submetida à *matematização, observação, experimentação intersubjetiva* e se for capaz de estabelecer *leis e princípios irrestritamente válidos e logicamente necessários* para sua aplicação no mundo fenomênico, e tendo também em mente o fato de que toda ciência *racional* deve ambicionar ser um *Sistema*, isto é, “um conhecimento do todo,

fundadas sob a autoridade das leis da mecânica newtoniana, além de levantar questões acerca de qual deveria ser a *tarefa* da ciência. Sobre o tema, ver: CASSIRER, *Op. cit.* 1950. pp. 38-80 (polêmicas entrono à matemática) e pp. 81-117 (polêmicas entorno à física).

⁵³ O termo ‘natureza’ deve ser tomado aqui em sentido técnico e *material*, nas palavras de Kant: “Agora, natureza tomada nesse sentido [material] é portanto entendida como a totalidade de todas as aparências, ou seja, o **mundo sensível, sendo excluídos todos os objetos não sensíveis.**” (tradução e grifos nossos) KANT, Immanuel. *Metaphysical Foundations of Natural Science*, trad. and ed. by FRIEDMAN, M., Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 3.

ordenado segundo princípios”⁵⁴, então grande parte das ciências positivas tinham como principal objetivo a busca por métodos de atender ou de contornar as delimitações do ideal kantiano de ciência.

Mas há, entretanto, uma dificuldade ainda mais categórica com respeito a psicologia, qual seja: para Kant, a psicologia *não é uma ciência* e, ainda mais além, ela *nunca poderá adquirir o estatuto de ciência*. Vejamos a seguir, pois, as razões que ele oferece para justificar tão radicais convicções.

Originalmente, a psicologia era concebida enquanto o estudo da alma, ou seja, era o estudo do *princípio do movimento* de todos os seres vivos e, desde Aristóteles, os seres dotados de *alma* eram aqueles que detinham em si mesmos tal princípio⁵⁵. Com o passar do tempo, a quantidade dos temas que poderiam ser objeto de estudos psicológicos se tornou cada vez mais restrita e excluiu de seu escopo os reinos dos vegetais e dos animais brutos que, no mencionado Filósofo, eram dotados apenas de *alma vegetativa* (responsável pela reprodução e transformação de alimento nas partes que compõem a planta ou o animal, isto é: responsável pela transformação do alimento em caule, folhas, sementes, carne, ossos, sangue, sêmen e etc.⁵⁶) e de *alma sensitiva* (responsável pela percepção e afetação formal dos órgãos sensoriais: tato, paladar, olfato, audição e visão⁵⁷) e passou a se ocupar tão somente do reino dos animais que possuiriam uma *alma intelectual* (responsável pela atividade raciocinativa e abstrativa) que, sendo compreendida enquanto uma *substância*, era estudada pelos grandes sistemas metafísicos como algo pertencente exclusivamente ao ser humano, inteiramente independente de seu corpo, órgãos dos sentidos e de leis mecânicas e que seria, por isso mesmo, algo imortal e incorruptível^{58,59}. Assim surge, então, aquilo que Kant

⁵⁴ *Ibidem*. p. 3.

⁵⁵ ARISTÓTELES, *De Anima*. Editora 34, São Paulo. 2006. (II, 415b8).

⁵⁶ *Ibidem*, (II, 413a20).

⁵⁷ *Ibidem*, (II, 413b1; 416b32).

⁵⁸ *Ibidem*, (II, 413b24; III, 430a10-18).

⁵⁹ Para uma análise mais detalhada do conceito de “alma” em Aristóteles, ver: HALL, T.S. *Ideas of Life and Matter: Studies in the History of general Physiology (600 B.C. – 1900 A. D.)*. Vol I: *From Pre-Socratic Times to the Enlightenment*. The University of Chicago Press, Chicago and London. 1969. pp. 104-119.

denominará “Doutrina da Alma”⁶⁰. E por quê, para tal filósofo, esta não se poderia constituir uma ciência?

Kant fornece quatro razões para tal: uma pela qual a chamada *Psicologia Racional* não se poderia constituir ciência e três outras pelas quais tampouco poderia ser ciência uma *Psicologia Empírica*.

Conforme vimos em itens anteriores, Kant restringe a nossa esfera de conhecimento ao conhecimento de *fenômenos*; e os *fenômenos*, enquanto tais, são contrapostos às coisas que existem real e efetivamente, das quais não podemos possuir conhecimento porque transcendentem à esfera de nossa sensibilidade. Em vista disso, a **crítica** kantiana à *ciência racional da alma* é a de que, uma vez que nós só podemos conhecer⁶¹ determinados objetos através de algumas restrições epistemológicas (como são as formas puras de nossa sensibilidade e as categorias de nosso entendimento), então mesmo ao tentarmos obter conhecimento de nossa alma, não a conheceríamos efetivamente, enquanto coisa-em-si, mas, em vez disso, apenas uma versão “*duplicada*”, *temporalizada* e *espacialmente determinada* de nós mesmos. Assim, sempre que tentamos apreender com a mais absoluta evidência o “eu” que nos *constitui* enquanto *coisa-em-si*, só o que acessamos efetivamente é o “eu” tomado enquanto *fenômeno* e que, portanto, não constitui efetivamente quem somos (B 152; B 153; A 350). Desse modo, a chamada *Psicologia Racional* não é possível como ciência, porque tem como objeto a alma enquanto uma *substância unitária, espiritual e simples* (B 402; B 403) sendo, dessa forma, algo que transcende completamente toda a nossa *experiência possível* (B 410), a qual estaria atada *inevitavelmente ao tempo e ao espaço* (B 405; B 409). Escreve Kant:

⁶⁰ O que descrevemos acima é, entretanto, uma imensa simplificação daquilo que Kant toma efetivamente enquanto “Doutrina da Alma” em sua *Crítica da Razão Pura*. Para uma compreensão mais adequada, é recomendável a leitura Dos *Paralogismos da Razão Pura*, presente na *Segunda Divisão da Analítica dos Princípios*.

⁶¹ O termo *conhecimento* também está sendo utilizado aqui em sentido técnico. Segundo Kant, para que seja possível obter *conhecimento* de um objeto determinado, é necessária a confluência tanto do elemento ativo constituinte de nosso entendimento (conceito), quanto a matéria sensível fornecida à nossa sensibilidade (intuição). Ele escreve: “Para o *conhecimento* são necessários dois elementos: primeiro o conceito, mediante o qual é *pensado em geral* o objeto (a categoria), em segundo lugar a intuição, pela qual é dado (...)” (B 146).

“É agora aqui o lugar para esclarecer o paradoxo, que a ninguém deve ter passado despercebido na exposição da forma do sentido interno, a saber, **que este nos apresenta à consciência, não como somos em nós próprios, mas como nos aparecemos, porque só nos intuimos tal como somos interiormente afetados (...)**. Ora, como para o conhecimento de nós próprios, além do ato do pensamento que leva à unidade da apreensão o diverso de toda a intuição possível, se requer uma espécie determinada de intuição, pela qual é dado esse diverso, a minha própria existência não é, sem dúvida, um fenômeno (e muito menos simples aparência), **mas a determinação da minha existência só pode fazer-se, de acordo com a forma do sentido interno**, pela maneira peculiar em que é dado, na intuição interna, o diverso que eu ligo; **sendo assim, não tenho conhecimento de mim tal como sou, mas apenas tal como apareço a mim mesmo**. A consciência própria está, pois, ainda bem longe de ser um conhecimento de si próprio (...).” (B 153; B 158). (Grifos nossos)

Mas e quanto a uma *Psicologia Empírica*? Por que não nos seria possível realizar a análise de nossos estados mentais, mesmo que tomados enquanto *meros fenômenos*, e submetê-los, como nos casos das outras ciências, à regras e princípios gerais?

Kant fornece três respostas à tal questão, em sua obra *Fundamentos Metafísicos da Ciência Natural* (1786). São elas:

- a) **Em primeiro lugar**, uma vez que o sentido interno do *tempo* seria o critério de demarcação kantiano entre fenômenos psicológicos e corpóreos, e uma vez que tal sentido interno possuiria apenas uma dimensão, então as leis da geometria não seriam passíveis de aplicação à tais fenômenos, pois as leis geométricas exigem ao menos duas variáveis (continuidade e contiguidade), enquanto os fenômenos psicológicos possuiriam apenas uma (continuidade). Assim, já que em Kant “há tanto de ciência propriamente em uma disciplina quanto há de matemática dentro dela”⁶² e como não seria possível aplicar as leis matemáticas à uma pretensa *Doutrina da Alma*, então qualquer ambição que a psicologia pudesse possuir de se tornar uma ciência empírica estaria de princípio completamente frustrada.

⁶² *Ibidem*. p. 6.

- b) **Em segundo lugar**, Kant afirma que não seria possível a realização de uma análise ordenada e sistemática dos nossos estados mentais, porquanto sempre que tentássemos tematizar um estado psíquico *a posteriori*, estaríamos *presentemente* com outro estado psicológico, o que distorceria a nossa observação daquele. Ou seja: na tentativa de observarmos, por exemplo, a *alegria* que sentimos em um determinado momento anterior do tempo, essa mesma observação *já estaria de princípio enviesada pelo nosso presente estado psicológico* - que é incontrollável - e, portanto, nunca seríamos capazes de *fixar com precisão* os estados psíquicos antecedentes temporalmente e realizar uma *observação acurada* deles. Sendo assim, estaríamos para sempre privados da possibilidade de estabelecer, por meio de um método de *observação introspectiva*, as *leis universalmente necessárias* que regeriam o fluxo dos fenômenos do sentido interno.
- c) Além disso, **a terceira razão** é que, pelo fato de lidar com fenômenos *estritamente subjetivos* (pois, em Kant, apenas *temporalmente caracterizáveis*), faltaria também à *psicologia empírica* um caráter *intersubjetivo*, imprescindível para a *reprodução* das experimentações científicas e à *verificação* dos resultados obtidos mediante observação. Escreve Kant:

“Mais afastada ainda do que a química da posição de uma ciência natural em sentido próprio deve permanecer a doutrina empírica da alma, primeiro, porque a **matemática não é aplicável aos fenômenos do sentido interno e às suas leis**, pois se deveria então ter em conta **apenas a lei da continuidade na corrente das suas modificações internas** - o que seria, porém, um alargamento do conhecimento, que se comportaria em relação ao que a matemática proporciona à doutrina dos corpos pouco mais ou menos como a teoria das propriedades da linha reta relativamente a toda a geometria. Com efeito, a pura intuição interior em que se devem construir os fenômenos da alma é o tempo, **que tem apenas uma dimensão**. Mas nem sequer da química se pode aproximar, enquanto arte sistemática de análise ou teoria experimental, porque nela o diverso da observação interna só é mutuamente separável mediante uma simples divisão do pensamento, mas **não pode conservar-se separado e combinar-se de novo à vontade**; menos ainda, porém, se deixa **outro sujeito pensante submeter a experiências adequadas ao nosso propósito**; e até a **observação em si altera e desfigura já o estado do objeto**

observado. Portanto, nunca pode ser outra coisa exceto uma teoria natural histórica do sentido interno, e, como tal, tão sistemática quanto possível, isto é, uma *descrição natural da alma, mas não uma ciência da alma*, nem sequer uma doutrina experimental psicológica (...).⁶³ (Grifos nossos)

Em vista disso, se existe a pretensão de fundamentação da psicologia enquanto uma ciência empírica dos *fenômenos psíquicos*, será exigido dos pretensos psicólogos alguma forma de contornar as restrições kantianas expostas acima e, em geral, três opções se tornaram plausíveis e foram vislumbradas e adotadas por eles:

1. Ou o psicólogo proverá uma forma de aplicar uma metodologia de mensuração matemática e exata dos fenômenos psíquicos observados introspectivamente sem, entretanto, incorrer em um completo⁶⁴ reducionismo disciplinar (como tentou pela primeira vez Herbart e posteriormente - e com mais sucesso: Fechner e Wundt).
2. Ou se permitirá a *redução completa* da psicologia à alguma outra ciência com métodos científicos melhor estabelecidos e passíveis de experimentações intersubjetivas - como os da fisiologia ou da sociologia - sacrificando assim a autonomia da disciplina (como pretenderam, por exemplo, Maudsley⁶⁵ e Comte).
3. Ou haverá a tentativa de estabelecimento de novos *critérios de demarcação* e de *métodos diversos* daqueles expostos por Kant (*temporalidade* e *observação interna*) nas investigações psicológicas, a fim de preservar o *status* da psicologia enquanto uma disciplina autônoma (como foi o caso, por exemplo, de J. S Mill, de Brentano, de Stumpf e dos psicólogos da Gestalt⁶⁶).

⁶³ *Ibidem.* p. 7.

⁶⁴ Embora eventualmente uma *redução parcial*, já que haveria, no caso de Fechner e de Wundt, uma hibridização dos métodos da fisiologia e os da psicologia.

⁶⁵ DANZINGER, K. *Mid-Nineteenth Century British Psycho-Physiology: A Neglected Chapter in the History of Psychology*. WOODWARD, W. and ASH, M. (eds.) *The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought*. Praeger Studies, New York. pp. 133-140.

⁶⁶ TURNER, S. *Helmholtz, Sensory Physiology, and the Disciplinary Development of German Psychology*. In WOODWARD, W. and ASH, M. (eds.) *The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought*. Praeger Studies, New York. p. 163.

b) Theodore Gustav Fechner

Agora que temos em perspectiva, pelo menos superficialmente, algumas das principais questões em voga nos séculos XVIII e XIX, é muito mais simples para nós entendermos *o que é* a Psicologia Experimental e *por quê* ela surge na Alemanha justamente nesse contexto, no qual métodos puramente especulativos foram deixados de lado, desenvolvimentos em ramos outrora tidos como não-científicos foram alçados e diversas ciências precisaram procurar por um fundamento *metodologicamente empírico* que justificasse sua irreduzibilidade disciplinar e existência. Para deixar isso ainda mais claro, serão mencionados agora três trechos do primeiro volume de um dos textos mais influentes da História da Psicologia, denominado *Elementos de Psicofísica*, e publicado em 1860 por, senão o fundador da psicologia experimental⁶⁷, ao menos um de seus pioneiros: Theodore Gustav Fechner.

“Por *psicofísica*”, escreve Fechner no prefácio da obra, “(...) eu quero dizer uma teoria que, embora antiga como problema, é nova segundo as formulações e tratamentos aqui concedidos; resumidamente, é uma teoria *exata* da relação entre corpo e mente. (...). Enquanto uma *ciência exata*, como a física, a psicofísica deve *se basear na experiência e nas conexões matemáticas dos fatos empíricos* que demandam a mensuração do que é experienciado, ou, quando tal mensuração não estiver disponível, na busca por ela. Uma vez que a mensuração de magnitudes físicas é já conhecida, a primeira e principal tarefa desse trabalho será estabelecer as ainda não existentes magnitudes psíquicas; (...)” (Tradução nossa)⁶⁸

No capítulo I, intitulado *Considerações Gerais acerca da Relação entre Corpo e Mente*, ele escreve:

“Enquanto o conhecimento do mundo material desabrochou no grande desenvolvimento de vários ramos da ciência natural e foi beneficiado por princípios e métodos exatos que

⁶⁷ Embora Fechner seja aludido por Edwing Boring como o fundador da Psicologia experimental em 1860, muitos psicólogos preferem dar esse título à Wilhelm Wundt, por este ter sido o primeiro a fundar um laboratório de psicologia institucionalizado em 1879. Ver: LEAHEY, Thomas H.. *A History of Modern Psychology* 2ª Ed. Prentice Hall: New Jersey. 1994. p. 21.

⁶⁸ FECHNER, T. Op. cit. 1966. p. xxvii.

o asseguram de um bem-sucedido progresso, e enquanto o conhecimento da mente, pelo menos até certo ponto, estabeleceu para si uma base sólida na psicologia e lógica, o conhecimento da relação entre mente e matéria, ou corpo e alma, ficou restrito até hoje meramente ao campo da argumentação filosófica sem qualquer fundamentação sólida, e sem princípios e métodos *certos* para possibilitar o progresso da investigação. A causa imediata dessa condição pouco favorável pode ser vislumbrada a partir das seguintes circunstâncias fatuais (...).As relações do *mundo material* em si mesmo nós podemos investigar diretamente e de acordo com a experiência, e não menos que a experiência do nosso *mundo interno* ou *mental*. O conhecimento do primeiro, claramente, é limitado pelo alcance dos sentidos e suas amplificações, e, do segundo, pelas limitações próprias da mente de qualquer um; ainda assim, as investigações [psicofísicas] vão em uma tal direção que nos tornamos hábeis para encontrar fatos básicos, leis básicas e relações básicas em cada um dos campos [interno e externo], informação que pode servir para nós como uma fundação segura e ponto de partida para inferência e progresso futuro. “ (Tradução nossa)⁶⁹

E, por fim, no Capítulo II, intitulado *O Conceito e Tarefa da Psicofísica*:

“*Psicofísica* [como dito anteriormente] deve ser entendida aqui como uma teoria exata das relações funcionalmente dependentes do corpo e alma, ou, de maneira mais geral, (...) dos mundos físico e psicológico. Nós consideramos como mental (...) tudo aquilo que pode ser captado por meio da observação introspectiva (*Innere Wahrnehmung erfaßlich*) ou que pode ser abstraído dela; [e consideramos] como corpóreo (...) ou material tudo o que pode ser captado pelo lado externo (*aussere Wahrnehmung erfaßlich*) ou abstraído dele. Tais designações referem-se tão somente aos aspectos do *mundo das aparências*, com cujas relações se ocupará a psicofísica (...). Em resumo, a psicofísica lida com o *físico* no sentido da física e da química, e com o *psíquico* no sentido da psicologia experimental, sem referir-se de forma alguma à natureza do corpo ou da alma em sentido metafísico, *para além de seu caráter fenomênico*. “ (Tradução nossa)⁷⁰

Com todo o nosso percurso até aqui, e com essas três passagens em mente, entendemos o que Fechner quer dizer quando afirma que seu projeto é uma nova formulação de um problema muito antigo. De fato, ele não é senão mais uma resposta

⁶⁹ *Ibidem*, p. 1.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 7.

ao velho problema do conhecimento: o velho problema de explicar como é possível que o sensível e o inteligível interajam.

À tal questão, Fechner intenta solucionar com a chamada *Psicofísica Externa*⁷¹, dissolvendo a dualidade sujeito-objeto por meio de *três métodos de mensuração de sensações* (que não serão abordados aqui) e da aplicação então recém-descoberto (1848) *Princípio de Conservação de Energia*⁷² à uma nova disciplina, que ele chamou de *Psicofísica*. Ao fazer isso, Fechner seria capaz de estabelecer uma *Formula Fundamental*, segundo a qual saberíamos, com precisão matemática exata, o quanto devemos *eleva a intensidade de um estímulo físico* para que possamos *observar intersubjetivamente e segundo crivos fisiológicos uma mudança correspondente em termos psicológicos* (mudanças tais que Fechner denominará *Sensações Positivas*⁷³).

Resumidamente, para Fechner, se agora a conversão entre diversos tipos de energia é possível, então a separação entre as esferas fisiológica e psicológica não é mais justificável. Os avanços na fisiologia conseguiram estabelecer experimental e laboratorialmente até mesmo o tempo que leva para um determinado *estímulo físico* em uma parte determinada do corpo ser *percebido psicologicamente* por um sujeito. Toda a

⁷¹ Contraposta à chamada *Psicofísica Interna*, cuja tarefa é realizar a mesma redução em base, não aos fenômenos físicos, mas aos psíquicos, além de tratar das questões concernentes à processos mentais superiores, como intuições estéticas e a vontade. Escreve Fechner: “Por sua natureza, a psicofísica poderá ser dividida em uma parte externa ou [uma parte] interna, a depender de se a consideração é focada na relação do físico com os aspectos exteriores do corpo, ou nas funções internas com as quais o psíquico é intimamente relacionado.” E mais além: “Se nós agora assumirmos que atividades mentais superiores são realmente isentas de uma relação específica com processos físicos, ainda assim haveriam as suas relações gerais, que podem seguramente ser reais, e que seriam tema para investigação e consideração da psicofísica interna.” (Tradução nossa) *Ibidem*. p. 9 e p. 12.

⁷² A tese de que há uma quantidade constante, eterna e irreduzível de energia em um sistema fechado (como o Universo). Tal princípio possibilitou a unificação de grande parte das ciências (físicas, químicas, biológicas e, com Fechner, também psicológicas) no século XIX, pois permitiu a mútua conversão de todas as formas de energia (estáticas ou dinâmicas) em energia calórica. A postulação kantiana e idealista de que seria impossível reduzir as leis da vida à um princípio de causalidade mecânico, portanto, foi posta em xeque.

⁷³ Conforme exposto no Capítulo V, denominado *Psicofísica Externa: O Princípio da Mensuração Psicofísica. A Mensuração da Atividade Psíquica: Energia Cinética. Ibidem*. pp. 19-37.

esfera do psíquico poderia, então, ser coberta e *explicada matemática e intersubjetivamente* por esta tão inovadora ciência.

Desde a original separação cartesiana entre o físico e o mental, entre o corpo e a alma, seríamos capazes agora, pela primeira vez, de solucionar definitivamente o problema de interação entre duas substâncias e de fundar a psicologia como uma ciência baseada, não em um introspeccionismo ingênuo, mas na experimentação laboratorial e em um método de mensuração matematicamente exato entre *fenômenos*. As restrições kantianas à *Psicologia Empírica* teriam sido, então, final e completamente, surmontadas!

Certamente, se foi possível acompanhar o presente texto até este momento, será possível constatar, em tal pretensão *monista* de ciência, uma certa semelhança do projeto Fechneriano com o projeto dos Idealistas Alemães, de quem falamos anteriormente; e muitas partes dos outros trechos citados farão vir à memória também os primeiros Neo-Kantianos e suas abordagens genéticas e empíricas à psicologia (um dos quais Fechner menciona explicitamente em sua obra⁷⁴). Tais associações são compreensíveis, mas devem ser feitas com cuidado. De fato, em âmbito privado, Fechner era um anti-materialista ferrenho, advogava pela imortalidade da alma e foi fortemente influenciado pela *Naturphilosophie* de Oken⁷⁵, além de ter sido um defensor do livre-arbítrio e de um *vitalismo* subjacente ao mundo⁷⁶ (tendo escrito até mesmo um livro sobre a *alma* das plantas), de maneira muito semelhante aos filósofos idealistas. Entretanto, também devemos levar em conta que Fechner era, além de tudo isso, um cientista e, enquanto tal, precisava abrir mão de seus credos pessoais na elaboração da *psicofísica*, ciência cuja objetividade foi, conforme vimos nos trechos acima mencionados, pretensamente garantida por ser uma ciência de *fenômenos*, *matematicamente exata* e cuja validade não estaria fundada em “argumentações filosóficas sem fundamento”, mas, ao contrário, na *mensuração* do tempo que levamos para *perceber* estímulos fisiologicamente determinados (Sensações), na *observação*

⁷⁴ A saber: Herbart. Ver: *Ibidem*, p. xxx.

⁷⁵ HEIDELBERGER, M. *Nature from Within: Gustav Theodor Fechner and His Psychophysical Worldview*. University of Pittsburg Press, Pittsburg, 2004. p. 119.

⁷⁶ ADLER, H. E., *Introdução do Editor*, in: FECHNER, T. G. *Op. cit.* 1966, pp. x-xiv.

intersubjetiva de tal razão estímulo-resposta e nos *resultados concretos das ciências naturais* de sua época (Princípio de Conservação de Energia Cinética).

c) Franz Brentano

E, muito embora Fechner tenha sido possivelmente o primeiro a obter relativo sucesso na tentativa de fornecer um caráter de objetividade científica à psicologia, através desse aclamado método experimental⁷⁷, ele está longe de ter sido o único a possuir um objetivo semelhante. Os psicólogos monistas, dualistas, associacionistas e empiristas ingleses: Concord, Laycock, Maudsley, Willian Hamilton, Alexander Bain, James Mill e John Stuart Mill; os fisiólogos, psicólogos e Neo-Kantianos alemães Helmholtz, Wundt, Stumpf e mais uma quantidade praticamente inumerável de outros autores tomaram para si, de uma forma ou de outra, a mesma tarefa: explicar, em meio a crise das filosofias especulativas e a despeito das restrições kantianas do prefácio dos *Fundamentos Metafísicos da Ciência Natural*, se há e qual é o fundamento para a legitimidade da psicologia enquanto uma ciência empírica.

É sob essa mesma tarefa e sob esse imenso oceano de autores e de problemas que se encontra o objeto próprio de meu estudo: o filósofo e psicólogo Franz Brentano. Infelizmente, devido à sua grande complexidade e ao objetivo panorâmico e esquemático da presente monografia, não nos será possível analisar as inovações no âmbito de uma nova abordagem psicológica que tal autor foi capaz de elaborar e expor em 1874 em sua *Psicologia do ponto de Vista Empírico*. Assim, será apenas indicado aqui o lugar de Brentano na História da Filosofia e sugerida uma nova perspectiva ao seu pensamento, uma que, entretanto, não seja fundada apenas sob o espectro de suas influências clássicas e medievais e nem estabelecida meramente a partir dos posteriores desdobramentos e caminhos aos quais sua filosofia terminou por ser levada nos séculos XX e XXI.

Em geral, a importância de Brentano na História da Filosofia é reduzida a quatro aspectos principais, que serão aqui meramente pontuados:

⁷⁷ BORING, E. *A History of Experimental Psychology*, D. Appleton – Century Company: London & New York, 1929, p. 265.

1. **em primeiro lugar** Brentano é um autor muito estudado sob o espectro da filosofia aristotélica e medieval, devido ao fato de ser um dos expoentes na revitalização de Aristóteles no século XIX e que, por conta de sua formação religiosa e por estudado com Clemens⁷⁸ e com Trendelenburg⁷⁹, teria retornado à tais filosofias na retomada do conceito de *in-existência intencional*⁸⁰ e em sua aplicação enquanto o critério demarcatório fundamental dos fenômenos psíquicos;
2. **Em segundo lugar** e em decorrência disso, Brentano é lido por ter sido o responsável pela reapropriação de tal conceito por um de seus alunos - Edmund Husserl, considerado o pai da Fenomenologia -, bem como por mais uma série de filósofos muitíssimo importantes aos desdobramentos intelectuais da chamada *Filosofia Continental* (ou filosofia fenomenológico-hermenêutica) no século XX;
3. **Em terceiro lugar**, Brentano é estudado por conta das discussões que teve outros alunos seus, tais como Kazmir Twardowski e Alexius Meinong, acerca do *status* ontológico do objeto do ato intencional. Debates tais que acabariam por dar origem, respectivamente, às escolas matemáticas e psicológicas de Varsóvia e de Graz, as quais, por sua vez, foram de inestimável valor à posteriores elaborações de teorias lógicas (estabelecidas sobretudo a partir do debate Meinong-Russell com respeito à ontologia

⁷⁸ Professor que introduziu Brentano aos autores aristotélicos medievais. Ver: KRAUS, O. *Bibliographical Sketch of Brentano*, in: McALISTER, Linda L. (ed), *The Philosophy of Brentano*, Humanities Press: New Jersey, 1976, p. 3.

⁷⁹ Um dos maiores filólogos de filosofia grega no século XIX e o maior responsável pela revitalização de Aristóteles nesse mesmo período, junto com A. Becker e E. Zeller. Ver: BEISER, Frederick. *Late German Idealism: Trendelenburg & Lotze*, Oxford University Press: Oxford, 2014. p. 13.

⁸⁰ Sobre Intencionalidade, vide infra a mais conhecida passagem de *Psicologia de um Ponto de Vista Empírico*: “Todo fenômeno mental é caracterizado por aquilo que os Escolásticos da Idade Média chamaram de in-existência intencional (ou mental) de um objeto, e o que nós chamaremos, **ainda que não de maneira inteiramente inequívoca**, a referência a um conteúdo, a direção para um objeto (**o qual não se deve entender aqui como possuindo uma realidade**), ou a objetividade imanente. Todo fenômeno psíquico contém em si algo como seu objeto, ainda que não todos da mesma forma. Na representação há algo representado; no juízo há algo afirmado ou negado; no amor, amado; no ódio, odiado; no apetite, apetecido etc. **Esta inexistência intencional é própria exclusivamente dos fenômenos psíquicos. Nenhum fenômeno físico oferece nada semelhante.**” (tradução e grifos nossos) BRENTANO, Franz. *Psychology from an Empirical Standpoint*, Routledge: London and New York, 2009. p. 68.

formal) em uma outra escola filosófica contemporânea, denominada *Filosofia Analítica*

81

4. Por fim, **em quarto lugar**, a filosofia Brentaniana foi apropriada por filósofos da mente contemporâneos tendo em vista a formulação de novas abordagens às principais questões entorno à *Filosofia da Mente*, sobretudo com respeito às possíveis aplicações do conceito de *intencionalidade* e a validade e utilidade de outras teses psicológicas do autor em debates relativos à unidade e complexidade dos fenômenos mentais, auto-consciência, tipos de aproximação metodológica e critérios de demarcação entre fenômenos psicológicos e fisiológicos (que se apresentam, na *Filosofia da Mente*, sob uma imensa variedade de formas: fisicalismo, funcionalismo, behaviorismo, dualismo, monismo etc.).

Dessa forma, conforme fica claro, certamente Brentano é uma figura-chave para uma compreensão adequada das origens da filosofia contemporânea e, além disso, também um lembrete muitíssimo importante de que as sucessivas críticas ao suposto aspecto não-científico da fenomenologia são extremamente superficiais e não levam em conta o fato de que o movimento fenomenológico tem sua gênese em um autor cuja pretensão era (ao menos em 1874) a de estabelecer uma ciência empírica e em resposta a descobertas e inovações científicas efetivas nos mais variados ramos do saber.⁸²

⁸¹ Sobre o tema, ver: SMITH, Barry, *Austrian Philosophy: The Legacy of Franz Brentano*, Open Court Publishing Company, 1996. Ver também: ANTONELLI, Mauro & BOCCACCINI, Federico (eds.). *Critical Assessments of Leading Philosophers. Vol I: Sources and Legacy*, Routledge: London and New York, 2019.

⁸² Nesse sentido, a acusação de uma suposta indistinção entre *Psicologia Genética* e *Psicologia Descritiva*, presente na obra *Psicologia do Ponto de Vista Empírico*, perde muito de sua força ao levarmos em conta que o conceito de *in-existência intencional* é formulado também em contraposição a autores que pretendem fazer da psicologia um estudo estritamente introspectivo, fisiológico e genético das razões pelas quais nos *atentamos* para determinadas sensações e não para outras. Para além disso, algumas das principais teses de Brentano ganham muito mais inteligibilidade e *unidade interna* se temos em mente o seu contexto. Uma vez considerada a pretensão de afastamento do método fisiológico e do método introspectivo, faz muito mais sentido, por exemplo, a defesa e a mútua-implicação das duas principais teses brentanianas (1. de que todos os estados mentais são conscientes e 2. de que a *in-existencia intencional* é o critério de demarcação entre fenômenos psíquicos e físicos), além de pôr em evidencia o quão peculiar é a concepção de “consciência” desse autor, já que os conceitos de “consciente” e “inconsciente”, no contexto psicológico do século XIX, eram comumente associados à *atenção*

deliberada de um indivíduo a estados mentais específicos, de acordo com as suas *intensidades fisiologicamente determináveis*, e da *inatenção* desse indivíduo a outros estados mentais que ocorreriam simultaneamente, mas com uma intensidade inferior. **Consciência** ou **inconsciência**, no sentido exposto acima, dependeriam da *magnitude intensiva* da sensação de uma cor vista, de uma dor sentida, de um som ouvido *em comparação* com outras sensações que ocorreriam de modo simultâneo. Assim, quando a intensidade de uma sensação (i. e. a intensidade sonora de uma forte trovejada à nossa audição) é maior *em relação* às outras sensações simultâneas (i. e. um som fraco de chuva que esteja no nosso campo perceptível contiguamente à trovejada), nós seríamos **conscientes** dessa sensação, enquanto seríamos **inconscientes** das outras, porque mais fracas ou - como descreve Fechner - “negativas”; e, obviamente, Brentano não está se valendo do termo *consciência* nesse sentido, porque tais sensações, dotadas de magnitudes intensivas mutuamente mensuráveis, seriam precisamente aquelas coisas que ele define como em se tratando de *fenômenos físicos*, e a *consciência* é, segundo ele, uma característica exclusiva de *fenômenos psíquicos*. Ainda mais além, uma compreensão adequada do contexto da psicologia experimental no século XIX ajuda a corroborar a tese de que, na *Psicologia do Ponto de Vista Empírico*, o conceito de *in-existencia intencional* deve ser levado em consideração principalmente em seu aspecto **psicológico** e **relacional**, e não, como defende Chisholm, enquanto duas teses, uma *psicológica* (relacional) e outra *ontológica* (segundo a qual os *fenômenos físicos* seriam dotados de algum modo de existência específico e irreal no ato psíquico) e que teria sido “abandonada” em 1889-91, como se faltasse à filosofia de Brentano uma unidade e sistematicidade interna. Muito claramente, na reapropriação e reinterpretação desse conceito tão importante da História da Filosofia, a preocupação de Brentano estava voltada majoritariamente à resolução de questões eminentemente psicológicas, para além de problemas ontológicos (o que fica claro, por exemplo, em BRENTANO 2009, pp. 71-72). Assim, (1) se é verdade que o que caracteriza os fenômenos psíquicos é a sua *in-existência intencional* (*Ibidem*, p. 68); se (2) o conceito de *representação* deve ser entendido, na contra-mão de Herbart, Fechner, Wundt e Hamilton, enquanto o *ato* de representar e não enquanto o objeto representado (*Ibidem*, p. 60); e se (3) todo fenômeno psíquico ou é uma representação ou se funda em uma representação (*Ibidem*, p. 61; p. 65); então segue-se necessariamente que (4) o conceito de *in-existencia intencional*, para ser a marca-característica fundamental dos *fenômenos psíquicos*, só pode ser entendido enquanto um ato relacional em direção à um objeto, e as outras classes de fenômenos psíquicos, que se fundam sobre o *ato* de representação, devem ser entendidas como *modos de relação* à um objeto, independentemente do *status* ontológico que tal objeto possa possuir; do contrário, duas absurdas contradições ocorreriam no sistema filosófico brentano: (a) o critério de demarcação entre fenômenos físicos e psíquicos estabelecido pelo autor seria insuficiente para distingui-lo dos próprios psicólogos aos quais critica precisamente por confundirem o ato de representar com o objeto representado, este sim passível de mensuração (i. e. confundem o *ato de ver* a cor com a *cor vista* que é dotada de uma certa *magnitude intensiva*; *Ibidem*, p. 52); e (b) não seria possível dizer que a *in-existencia intencional* está presente *apenas em fenômenos psíquicos*, tese que Brentano afirma categoricamente algumas vezes em 1874, inclusive na “equivoca” passagem da “intencionalidade” mencionada acima (*Ibidem*, p. 68, p. 69; pp. 74-75), uma vez que tal conceito, quando

Em consequência, defendemos aqui que, embora a *Psicologia do Ponto de Vista Empírico* seja lida costumeiramente sob tais perspectivas, Franz Brentano é um autor que não deve ser visto como uma simples ponte entre o passado e o futuro. Seu texto ganha muito mais densidade, inteligibilidade e valor próprio ao considerarmos que ele está fazendo muito mais que meramente retornando a Aristóteles e aos filósofos medievais na formulação de um conceito pontual⁸³ que fortuitamente calhou de ser utilizado por Edmund Husserl, Martin Heidegger, Jean Paul Sartre e outros filósofos ditos *continentais*; e também fazendo muito mais que debatendo com seus alunos sobre problemas ontológicos específicos e influenciando filósofos ditos *analíticos*. Brentano está, além disso, explicitamente respondendo e contornando as objeções e limitações de outros psicólogos e fisiólogos de seu tempo⁸⁴ e, em sua imensa erudição, extremamente consciente e profundamente preocupado com todas as controvérsias que acometiam – e que, em certa medida, acometem até hoje - a **Psicologia**⁸⁵ e a **Filosofia**⁸⁶.

interpretado ontologicamente, seria aplicado ao que ele define como *fenômenos físicos* (a dor sentida, o som ouvido, a cor vista etc.).

⁸³ O qual foi formulado para contornar as teses de psicólogos que forneciam, na mesma linha de Kant, apenas uma *descrição negativa* de fenômenos psíquicos, baseada no suposto fato de que eles seriam desprovidos de extensão espacial e, ainda mais além, para dar conta de fenômenos psicológicos que não poderiam ser reduzidos à meras sensações, como desejos e atos de vontade, que, portanto, estariam excluídos da esfera de investigação psicológica caso permanecêssemos com o método fisiológico ou com o método de mensuração introspectiva, propostos por Maudsley, Fechner e Wundt.

⁸⁴ Isso fica especialmente evidente se levamos em conta que, ainda nas partes I e II do Livro I da *Psicologia*, Brentano já menciona - e eventualmente até responde -, explicitamente, uma incrível variedade de psicólogos, fisiólogos e filósofos para os quais tal questão é extremamente relevante: A. Comte, W. Wundt, G. Fechner, Alexander Bain, A. Horwicz, H. Maudsley, F. Lange, J. S. Mill, Hermann Lotze e H. Spencer. Alguns deles com os quais Brentano chegou a se corresponder ou a visitar pessoalmente, como J. S. Mill, H. Spencer, Fechner e Lotze.

⁸⁵ Para mais detalhes sobre o posicionamento de Brentano sobre o *status* da psicologia e sua irreduzibilidade à investigação genética, ver: PASSMORE, J. *The Movement Toward Objectivity*, in: ANTONELLI, Mauro & BOCCACCINI, Federico (eds.), *Franz Brentano: Critical Assessments of Leading Philosophers. Vol I: Sources and Legacy*, Routledge: London and New York, 2019, p. 35.

⁸⁶ Para mais detalhes sobre o posicionamento de Brentano acerca do *status* da filosofia, ver: BRENTANO, Franz. *Las Razones del Desaliento en la Filosofía*, trad. by Zubiri, Xavier, Ediciones Encuentro, 2010. Ver também: BRENTANO, Franz. *El Porvenir de la Filosofía*, trad. by Zubiri, Xavier, Ediciones Encuentro, 2010.

Conclusão

Esperamos, assim, que a presente monografia tenha se mostrado de alguma utilidade enquanto uma exposição esquemática do percurso, dos problemas e dos autores que prefiguraram e constituíram grande parte das discussões acerca do *status* da psicologia no século XIX, mas, acima de tudo, que esta tenha sido capaz de despertar uma forte curiosidade intelectual no leitor.

Muito mais primordialmente que prover um esquema panorâmico e superficial - como o é toda esquematização - de uma série de temas e autores, o objetivo deste trabalho foi exemplificar a grande intrincabilidade com a qual os problemas filosóficos se estruturam e, mais do que isso, mostrar como a obtenção de um entendimento adequado de um problema implica *não apenas* na análise estrutural de um texto (embora não se possa negar o quão importante é o exercício dessa prática), mas também em um contínuo e indeterminado processo de compreensão histórica, política, religiosa, científica e contextual dentro do qual tais problemas se estruturam e tomam forma. Obviamente, muitas dessas questões foram aqui deixadas de lado, ou foram meramente pontuadas para o posterior usufruto do leitor nas extensas notas de rodapé e referências bibliográficas.

Além disso, a partir do momento em que temos em mente esse grande espectro, através do qual passamos a ver as questões que sejam de nosso interesse, percebemos também o quão comumente a falta de uma perspectiva ampla e multifatorial de uma questão termina por *causar* o surgimento de outros problemas interpretativos, anacronismos e visões-de-mundo constantemente equívocas e parciais. E isso pode ser exemplificado não apenas no caso de Brentano, mas também com as duas maiores escolas que atualmente compõem a *Filosofia Contemporânea* (analítica e fenomenológico-hermenêutica) que, na ausência de uma compreensão adequada das origens comuns que pervadem seus respectivos temas, isolaram-se uma da outra em um preconceito cego e injustificado.

Entretanto, através de uma sistemática e incessante inquirição dessas origens comuns, iniciada nas últimas três décadas - e que tivemos, nesta monografia, a

pretensão de continuar e incentivar -, tal preconceito está, final e felizmente, começando a se dissipar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLISON, Henry E.. *Kant's Transcendental Deduction: An Analytical-Historical Commentary*. Oxford University Press: Oxford, 2015.
- ANTONELLI, Mauro & BOCCACCINI, Federico (eds.), *Franz Brentano: Critical Assessments of Leading Philosophers. Vol I: Sources and Legacy*, Routledge: London and New York, 2019.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*, trad. by PERINE, Marcelo, 4 ed. Edições Loyola: São Paulo, 2014.
- _____. *De Anima*. Editora 34, São Paulo. 2006.
- BEISER, Frederick. *After-Hegel: German Philosophy (1840-1900)*, Princeton University Press: Princeton, 2014.
- _____. *Hermann Cohen: An Intellectual Bibliography*. Oxford University Press, Oxford. 2018.
- _____. *Hegel*. Routledge: London and New York. 2005.
- _____. *The Genesis of Neo-Kantianism (1796-1880)*, Oxford University Press: Oxford, 2017.
- _____. *Late German Idealism. Trendelenburg & Lotze*, Oxford University Press: Oxford, 2014.
- _____. *German Idealism: The Struggle Against Subjectivism (1781-1801)*, Harvard University Press, 2008.
- BORING, E. *A History of Experimental Psychology*, D. Appleton – Century Company: London & New York, 1929.
- BRENTANO, Franz. *Las Razones del Desaliento en la Filosofía*, trad. by Zubiri, Xavier, Ediciones Encuentro, 2010.
- _____. *El Porvenir de la Filosofía*, trad. by Zubiri, Xavier, Ediciones Encuentro, 2010.
- _____. *Psychology from an Empirical Standpoint*, Routledge: London and New York, 2009.
- BÜCHNER, L. *Force and Matter: Or Principles of the Natural Order of the Universe, With a System of Morality Based Thereon*. Forgotten Books, 2015.
- CAHAN, D. *Helmholtz: A Life in Science*. The University of Chicago Press, Chicago and London. 2018.

- CASSIRER, E. *The Problem of Knowledge: Philosophy, Science, and History since Hegel*, Oxford University Press, London. 1950.
- CASSIRER, H. W. *A Commentary on Kant's Critique of Judgment*. Routledge, New York and London. 2016.
- DANZINGER, K. *Mid-Nineteenth Century British Psycho-Physiology: A Neglected Chapter in the History of Psychology*. In WOODWARD, W. and ASH, M. (eds.) *The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought*. Praeger Studies, New York.
- DUMMETT, Michael. *Origens of Analytical Philosophy*. Harvard University Press, 1993.
- FECHNER, T. G. *Elements of Psychophysics. Vol. I*. Trad. by Adler, Helmut E., Rolt, Rinehart and Winston, Inc., 1966.
- FISSETTE, D. et FRÉCHETTE, G. (eds. et trads.) *F. Brentano: Essais et Conférences, vol. I: Sur L'Histoire de la Philosophie*, Librairie Philosophique J. Vrin: Paris, 2018.
- GREGORY, Frederick. *Extending Kant: The Origens and Nature of Jakob Friedrich Fries's Philosophy of Science*, in: MICHAEL, F. and NORDMANN, A. (eds.). *The Kantian Legacy in Nineteenth-Century Science*.
 _____. *Scientific Materialism in Nineteenth Century Germany*. D. Reidel Publishing Company, Boston. 1942.
- HALL, T.S. *Ideas of Life and Matter: Studies in the History of General Physiology (600 B.C. – 1900 A. D.). Vol I: From Pre-Socratic Times to the Enlightenment*. The University of Chicago Press, Chicago and London. 1969.
- HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas. Vol I: A Ciência da Lógica*. Edições Loyola, São Paulo. 2012.
- HEIDELBERGER, M. *Nature from Within: Gustav Theodor Fechner and His Psychophysical Worldview*. University of Pittsburg Press, Pittsburg. 2004.
- JAHODA, Gustav. *Johan Friedrich Herbart: 'Urvater' of Social Psychology*. In *History of The Human Sciences* vol. 19. No 1. 2006.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*, trad. by MATTOS, F. C. 4 ed. Editora Vozes, 2016.
 _____. *Metaphysical Foundations of Natural Science*, trad. and ed. by FRIEDMAN, M., Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

- KRAUS, O. *Bibliographical Sketch of Brentano*, in: McALISTER, Linda L. (ed), *The Philosophy of Brentano*, Humanities Press: New Jersey, 1976.
- LANGE, F. A., *History of Materialism. And Criticism of its Present Importance*, Vol. II: *History of Materialism Since Kant*, Routledge, 2001.
- LEAHEY, Thomas H.. *A History of Modern Psychology*, 2^a Ed. Prentice Hall: New Jersey. 1994.
- LEARY, D. *Immanuel Kant and the Development of Modern Psychology*. In WOODWARD, W. and ASH, M. (eds.) *The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought*. Praeger Studies, New York.
- LENOIR, Timothy. *The Strategy of Life: Teleology and Mechanics in Nineteenth-Century German Biology*, The University of Chicago Press: Chicago and London, 1989.
- MACH, E. *Knowledge and Error*. D. Reidel Publishing Company, Boston-USA. 1976.
- OTIS, Laura. *Muller's Lab*, Oxford University Press, USA. 2007.
- PATON, H. J. *Kant's Metaphysic of Experience: A Commentary on the First Half of the Kritik der Reinen Vernunft. Vols. I and II*. Georg Allen & Unwin LTD, London. 1936.
- PASSMORE, J. *The Movement Toward Objectivity*, in: ANTONELLI, Mauro & BOCCACCINI, Federico (eds.), *Franz Brentano: Critical Assessments of Leading Philosophers. Vol I: Sources and Legacy*, Routledge: London and New York, 2019.
- PINKARD, T. *German Philosophy 1760-1860: The Legacy of Idealism*. Cambridge University Press, Cambridge. 2002.
- RICHARDS, Robert, *The Impact of German Idealism and Romanticism on Biology in the Nineteenth Century*, in BOYLE, N., DISLEY, L., AMERIKS, K. (eds.), *The Impact of Idealism: The Legacy of Post-Kantian German Thought. Vol. I: Philosophy and Natural Sciences*. Cambridge: Cambridge University Press. 2013.
- _____. *The Meaning of Evolution: The Morphological Construction and Ideological Reconstruction of Darwin's Theory*. The University of Chicago Press, Chicago and London. 1992.
- ROLLINGER, Robin D. *Brentano's Psychology from an Empirical Standpoint: its Background and Conception*. In: TANASESCU, Ion (ed.) *Franz Brentano's Metaphysics and Psychology*. ZETA books, 2012.

- SCHNADELBACH, H. *Philosophy in Germany 1831-1933*. Cambridge University Press, Cambridge. 1984.
- SMITH, Barry, *Austrian Philosophy: The Legacy of Franz Brentano*, Open Court Publishing Company, 1996.
- TEN, C. L. (ed.) *Routledge History of Philosophy, Vol. VII: The Nineteenth Century*. Routledge, 2002.
- TURNER, S. *Helmholtz, Sensory Physiology, and the Disciplinary Development of German Psychology*. In WOODWARD, W. and ASH, M. (eds.) *The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought*. Praeger Studies, New York.
- WOODWARD, W. and ASH, M. (eds.) *The Problematic Science: Psychology in Nineteenth-Century Thought*. Praeger Studies, New York.
- WILLEY, T. *Back to Kant: The Revival of Kantianism in German Social and Historical Thought, 1860-1914*. Wayne State University Press, Detroit. 1978.
- WUNDT, W., *Principles of Physiological Psychology*, Nabu Press, 2010.
- ZAMMITO, J. *The Gestation of German Biology: Philosophy and Physiology from Stahl to Schelling*. The University of Chicago Press, Chicago and London. 2018.